

NEOENERGIA S.A.

Balancos patrimoniais Em milhares de reais

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
					Reapresentado
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	(6)	2.128.411	3.150.422	3.589.964	4.074.308
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	(7)	62	62	1.901.545	2.092.260
Títulos e valores mobiliários	(8)	524.018	59.523	668.160	338.207
Impostos e Contribuições a recuperar	(9)	101.783	101.025	528.122	367.874
Estoques		-	-	25.316	22.927
Fundos vinculados		-	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente		-	-	23.847	24.675
Entidade de previdência privada		-	-	7.550	6.555
Serviços em curso	(11)	-	-	97.057	66.220
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	(16)	-	-	33.026	31.549
Outros ativos circulantes	(13)	10.151	10.107	102.216	78.556
TOTAL DO CIRCULANTE		2.764.425	3.321.139	6.976.803	7.103.131
NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	(7)	-	-	717.291	907.912
Títulos e valores mobiliários	(8)	-	-	111.317	139.137
Impostos e contribuições a recuperar	(9)	9	-	107.199	89.227
Coligadas e controladas		22.588	54.970	138.556	42.511
Dividendos a receber		459.759	67.386	-	-
Juros sobre capital próprio a receber		22.293	64.662	-	-
Impostos e contribuições sociais diferidos	(10)	30.591	29.164	149.433	161.101
Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora		-	-	509.826	546.207
Fundos vinculados		-	-	50.473	75.075
Depósitos judiciais	(12)	119.891	95.764	371.478	299.200
Despesas pagas antecipadamente		-	-	-	-
Entidade de previdência privada		-	-	31.221	37.596
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	(16)	-	-	2.326.643	1.145.543
Outros ativos não circulantes	(13)	15.093	15.135	26.248	25.744
Investimentos	(14)	8.086.678	7.558.785	217.592	163.873
Investimentos em coligadas e controladas		8.086.678	7.558.785	193.038	136.081
Outros investimentos		-	-	24.554	27.792
Imobilizado	(15)	26.578	27.268	4.283.781	3.732.851
Intangível	(17)	50.641	56.099	6.745.105	6.908.244
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		8.834.121	7.969.233	15.786.163	14.274.221
TOTAL DO ATIVO		11.598.546	11.290.372	22.762.966	21.377.352

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

NEOENERGIA S.A.

Balancos patrimoniais--Continuação Em milhares de reais

PASSIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
					Reapresentado
CIRCULANTE					
Fornecedores	(18)	1.860	2.422	931.920	808.887
Empréstimos e financiamentos	(19)	1.005	762	919.028	812.079
Debêntures	(20)	-	-	451.273	433.525
Salários e encargos a pagar	(21)	141	216	99.981	65.439
Taxas regulamentares	(22)	-	-	117.526	109.130
Impostos e contribuições a recolher	(23)	7.066	17.422	492.554	342.641
Dividendos e juros sobre capital próprio	(24)	42.280	133.910	62.273	157.868
Provisões	(25)	13	-	57.517	46.240
Entidade de previdência privada		-	-	14.513	15.233
Coligadas e controladas		55	1.010	-	3.276
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)		-	-	4.222	4.994
Outros passivos circulantes	(26)	-	5	200.197	256.090
TOTAL DO CIRCULANTE		52.420	155.747	3.351.004	3.055.402
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	(18)	-	-	65.563	61.159
Empréstimos e financiamentos	(19)	5.171	5.911	4.516.513	4.315.250
Debêntures	(20)	-	-	1.539.479	1.199.164
Taxas regulamentares	(22)	-	-	69.635	78.002
Impostos e contribuições a recolher	(23)	-	-	9.718	10.458
Impostos e contribuições sociais diferidos	(10)	-	-	54.517	18.217
Provisões	(25)	89.092	86.365	285.941	272.277
Entidade de previdência privada		-	-	276.988	281.188
Coligadas e controladas		-	23	-	-
Recursos destinados a aumento de capital		-	-	-	-
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)		-	-	69.662	66.189
Outros passivos não circulantes	(26)	-	-	58.527	37.062
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		94.263	92.299	6.946.543	6.338.966
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(27)				
Capital social		4.739.025	4.739.025	4.739.025	4.739.025
Reservas de capital		2.288	2.288	2.288	2.288
Reservas de lucro		6.045.590	6.045.590	6.045.590	6.045.590
Outros resultados abrangentes		139.309	61.400	139.309	61.400
Proposta de distribuição de dividendos adicional		-	194.023	-	194.023
Lucro/Prejuízo acumulado		525.651	-	537.591	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.451.863	11.042.326	11.463.803	11.042.326
Participação dos não controladores				1.001.616	940.658
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO				12.465.419	11.982.984
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.598.546	11.290.372	22.762.966	21.377.352

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

NEOENERGIA S.A.

Demonstrações do resultado

Períodos findos em 30 de setembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Nota	Controladora				Consolidado			
		Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em		Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
		30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
					Reclassificado				Reclassificado
RECEITA LÍQUIDA	(28)	793	881	2.319	2.208	2.917.680	2.525.630	8.320.675	7.015.346
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(29)	-	-	-	-	(2.091.970)	(1.640.954)	(5.828.496)	(4.523.085)
LUCRO BRUTO		793	881	2.319	2.208	825.710	884.676	2.492.179	2.492.261
Despesas com vendas	(29)	-	-	-	-	(179.907)	(123.824)	(534.312)	(337.389)
Despesas gerais e administrativas	(29)	(5.763)	(3.044)	(13.871)	(13.993)	(135.509)	(110.644)	(379.647)	(345.983)
Resultado de participações societárias		239.776	366.395	774.101	1.024.877	(24.576)	(24.837)	(75.349)	(74.584)
Equivalência patrimonial	(14)	263.509	391.256	846.725	1.099.441	(552)	316	(1.852)	564
Amortização de ágio	(14)	(23.733)	(24.861)	(72.624)	(74.564)	(24.024)	(25.153)	(73.497)	(75.148)
LUCRO OPERACIONAL		234.806	364.232	762.549	1.013.092	485.718	625.371	1.502.871	1.734.305
Receitas financeiras	(30)	56.005	88.688	199.542	250.992	153.720	253.969	591.788	665.574
Despesas financeiras	(30)	(1.760)	(7.980)	(5.305)	(24.301)	(185.980)	(280.868)	(684.998)	(729.954)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		289.051	444.940	956.786	1.239.783	453.458	598.472	1.409.661	1.669.925
Imposto de renda e contribuição social	(10)	(699)	(2.803)	124	(1.979)	(83.137)	(67.441)	(232.623)	(220.127)
Corrente	(10)	(1.160)	(3.349)	(1.303)	(3.503)	(104.471)	(145.820)	(384.778)	(370.163)
Diferido	(10)	461	546	1.427	1.524	(18.323)	14.674	(2.021)	(4.058)
Imposto de renda - SUDENE	(10)	-	-	-	-	51.789	76.584	190.557	193.070
Amortização ágio e reversão PMIPL	(10)	-	-	-	-	(12.132)	(12.879)	(36.381)	(38.976)
LUCRO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES		288.352	442.137	956.910	1.237.804	370.321	531.031	1.177.038	1.449.798
Participações dos acionistas não controladores		-	-	-	-	(70.029)	(88.894)	(208.188)	(211.994)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		288.352	442.137	956.910	1.237.804	300.292	442.137	968.850	1.237.804
LUCRO BÁSICO DILUÍDO POR AÇÃO:									
Ordinária		0,05	0,08	0,16	0,21	0,05	0,08	0,17	0,21

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

NEOENERGIA S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Períodos findos em 30 de setembro
Em milhares de reais

	Controladora				Consolidado			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em		Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
Lucro do período	288.352	442.137	956.910	1.237.804	370.321	531.031	1.177.038	1.449.798
Outros resultados abrangentes								
Ganhos sobre ativos financeiros disponíveis para venda	66.542	5.130	118.044	40.300	75.753	5.554	134.682	50.836
Tributos s/ ganhos de ativos financeiros disponíveis para venda	(22.624)	(1.744)	(40.135)	(13.702)	(25.756)	(1.888)	(45.792)	(17.284)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	43.918	3.386	77.909	26.598	49.997	3.666	88.890	33.552
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	<u>332.270</u>	<u>445.523</u>	<u>1.034.819</u>	<u>1.264.402</u>	<u>420.318</u>	<u>534.697</u>	<u>1.265.928</u>	<u>1.483.350</u>
Atribuível a:								
Acionistas controladores	332.270	445.523	1.034.819	1.264.402	344.210	445.523	1.046.759	1.264.402
Acionistas não controladores	-	-	-	-	76.108	89.174	219.169	218.948

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

NEOENERGIA S.A.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido Em milhares de reais

Controladora:

	Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total
			Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2011	4.739.025	2.288	493.682	5.551.908	61.400		194.023	11.042.326
Lucro líquido do exercício						956.910		956.910
Outros resultados abrangentes:								
Ganho sobre ativo disponível para a venda					77.909			77.909
Destinações:								
Juros sobre capital próprio						(181.659)	-	(181.659)
Dividendos intermediários						(249.600)		(249.600)
Dividendos adicionais						-	(194.023)	(194.023)
Saldos em 30 de Setembro de 2012	4.739.025	2.288	493.682	5.551.908	139.309	525.651	-	11.451.863

	Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total
			Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2010	4.739.025	2.288	416.101	4.814.881	21.146		414.408	10.407.849
Lucro líquido do exercício						1.237.804		1.237.804
Outros resultados abrangentes:								
Ganho sobre ativo disponível para a venda					26.598			26.598
Destinações:								
Juros sobre capital próprio						(398.000)	-	(398.000)
Dividendos adicionais						-	(414.408)	(414.408)
Saldos em 30 de Setembro de 2011	4.739.025	2.288	416.101	4.814.881	47.744	839.804	-	10.859.843

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

NEOENERGIA S.A.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido Em milhares de reais

Consolidada:

	Atribuível aos acionistas controladores									
	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicional	Total	Participação de não controladores	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros						
Saldos em 31 de dezembro de 2011	4.739.025	2.288	493.683	5.551.907	61.400	-	194.023	11.042.326	940.658	11.982.984
Aprovação de dividendos propostos										
Lucro líquido do período						968.850		968.850	208.188	1.177.038
Ganho sobre ativo disponível para a venda					77.909			77.909	10.981	88.890
Destinações:										
Juros sobre capital próprio						(181.659)		(181.659)		(181.659)
Dividendos adicionais						-	(194.023)	(194.023)	(115.604)	(309.627)
Dividendos intercalares						(249.600)		(249.600)	(42.607)	(292.207)
Saldos em 30 de Setembro de 2012	4.739.025	2.288	493.683	5.551.907	139.309	537.591	-	11.463.803	1.001.616	12.465.419

	Atribuível aos acionistas controladores									
	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicional	Total	Participação de não controladores	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros						
Saldos em 31 de dezembro de 2010	4.739.025	2.288	416.101	4.814.881	21.146	-	414.408	10.407.849	861.643	11.269.492
Aprovação de dividendos propostos										
Lucro líquido do período						1.237.804	(414.408)	(414.408)	(111.116)	(525.524)
Ganho sobre ativo disponível para a venda					26.598			26.598	6.954	33.552
Destinações:										
Reserva legal										
Reserva de retenção de lucros										
Juros sobre capital próprio						(398.000)		(398.000)	(91.525)	(489.525)
Dividendos adicionais										
Saldos em 30 de Setembro de 2011	4.739.025	2.288	416.101	4.814.881	47.744	839.804	0	10.859.843	877.950	11.737.793

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

NEOENERGIA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Períodos findos em 30 de setembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/12	30/09/11 Reclassificado	30/09/12	30/09/11 Reclassificado
Lucro líquido do período (antes dos impostos)	956.786	1.239.783	1.409.661	1.669.925
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Depreciação e amortização	2.403	2.405	422.136	405.458
Equivalência patrimonial	(846.725)	(1.099.441)	1.852	(564)
Amortização de ágio, líquida	72.626	74.564	73.497	77.525
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	(1.524)	-	459.146	435.544
Outras receitas e despesas financeiras líquidas	-	282	-	2.495
Valor residual do ativo intangível / imobilizado baixado	3.988	-	20.188	17.337
Provisão para plano de benefício pós emprego	-	-	-	(4.023)
Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	(110)	-	37.191	41.334
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	413.475	59.913
Outras provisões	-	-	133	259
Participações minoritárias	-	-	-	-
	<u>187.444</u>	<u>217.593</u>	<u>2.837.279</u>	<u>2.705.203</u>
REDUÇÃO (AUMENTO) DOS ATIVOS OPERACIONAIS				
Contas a receber de clientes e outros	-	(62)	(14.312)	(41.482)
Impostos e contribuições a recuperar	(767)	11.400	(172.982)	(77.535)
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	229.470	940.020	312	-
Estoques	-	-	(2.389)	(4.169)
Fundos Vinculados	-	-	24.602	42.178
Depósitos judiciais	(19.362)	(4.285)	(61.143)	(9.117)
Despesas pagas antecipadamente	-	-	828	(13.408)
Entidade de previdência privada	-	-	5.380	-
Coligadas e controladas	38.149	5.119	(130.389)	2.960
Concessão serviço público (ativo financeiro)	-	-	1.855	-
Outros ativos	(2)	(2.488)	37.951	(2.194)
	<u>247.488</u>	<u>949.704</u>	<u>(310.287)</u>	<u>(102.767)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS				
Fornecedores	(562)	37	127.433	(60.471)
Salários e encargos a pagar	(75)	277	34.552	13.863
Encargos de dívidas e swap pagos	(395)	-	(272.940)	(236.693)
Taxas regulamentares	-	-	(119.542)	27.842
Impostos e contribuições a recolher	(11.659)	3.842	(42.809)	(32.268)
Coligadas e controladas	(978)	129	(3.276)	(2.265)
Indenizações/contingências pagas	-	(50)	(41.046)	(37.921)
Entidade de previdência privada	-	-	(17.009)	(19.851)
Outros passivos	(5)	(157)	(33.925)	14.482
	<u>(13.674)</u>	<u>4.078</u>	<u>(368.562)</u>	<u>(333.282)</u>
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>421.258</u>	<u>1.171.375</u>	<u>2.158.430</u>	<u>2.269.154</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

NEOENERGIA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa (continuação)

Períodos findos em 30 de setembro

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/12	30/09/11 Reclassificado	30/09/12	30/09/11 Reclassificado
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO				
Integralização de capital	(261.126)	-	(29.999)	(99.252)
Aquisição de investimentos	-	(304.176)	2.055	(203.214)
Alienação de bens do ativo permanente	-	-	100	-
Aquisição de imobilizado	(243)	(4.000)	(644.057)	(192.783)
Aquisição de intangível	-	-	(1.434.324)	(1.105.868)
Concessão serviço público (ativo financeiro)	-	-	(11.288)	-
Titulos e valores mobiliários	(464.495)	(13.418)	(292.175)	37.351
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(725.864)	(321.594)	(2.409.688)	(1.563.766)
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO				
Aumento(Redução) de capital	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-
Captação de empréstimos e financiamentos	-	3.079	679.516	1.156.887
Captação de debêntures	-	-	650.000	560.000
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(493)	(273)	(487.291)	(602.286)
Amortização do principal de debêntures	-	-	(359.932)	(608.524)
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	-	-
Obrigações vinculadas	-	-	163.114	114.107
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(716.912)	(768.901)	(878.493)	(975.638)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(717.405)	(766.095)	(233.086)	(355.454)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.022.011)	83.686	(484.344)	349.934
Caixa e equivalentes no início do exercício	3.150.422	2.799.730	4.074.308	3.391.601
Caixa e equivalentes no final do exercício	2.128.411	2.883.416	3.589.964	3.741.535
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	(1.022.011)	83.686	(484.344)	349.934

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

NEOENERGIA S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Períodos findos em 30 de setembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	30/09/2011 (Reclassificado)	30/09/2012	30/09/2011 (Reclassificado)
Receitas				
Vendas de energia, serviços e outros	2.555	2.208	11.730.359	10.107.698
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(422.103)	(119.900)
Resultado na alienação / desativação de bens e direitos	-	42	(9.716)	274
	2.555	2.250	11.298.540	9.988.072
Insumos adquiridos de terceiros				
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	(3.237.939)	(2.607.087)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	-	-	(496.549)	(430.142)
Matérias-primas consumidas	-	-	(158.188)	(130.525)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(4.881)	(6.926)	(1.948.513)	(1.470.240)
	(4.881)	(6.926)	(5.841.189)	(4.637.994)
Valor adicionado bruto	(2.326)	(4.676)	5.457.351	5.350.078
Depreciação e amortização	(75.027)	(76.968)	(505.869)	(491.754)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(77.353)	(81.644)	4.951.482	4.858.324
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	199.542	250.992	591.788	665.574
Resultado de equivalência patrimonial	846.725	1.099.441	(1.852)	564
Outras receitas	-	-	-	-
	1.046.267	1.350.433	589.936	666.138
Valor adicionado total a distribuir	968.914	1.268.789	5.541.418	5.524.462
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remunerações	-	20	213.733	185.559
Encargos sociais (exceto INSS)	-	112	46.221	43.405
Entidade de previdência privada	175	169	17.629	16.480
Auxílio alimentação	65	6	21.546	17.590
Convênio assistencial e outros benefícios	67	29	10.242	9.434
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	-	-	9.225	3.358
Provisão para férias e 13º salário	(266)	24	46.622	41.832
Plano de saúde	131	59	16.841	13.194
Indenizações trabalhistas	-	-	5.368	19.016
Participação nos resultados	-	-	41.243	39.796
Administradores	4.823	3.085	11.065	9.802
Encerramento de ordem em curso	-	-	1.817	2.059
(-) Transferência para ordens	-	-	(111.901)	(94.182)
Outros	356	366	2.225	1.842
	5.351	3.870	331.876	309.185
Governo				
INSS (sobre folha de pagamento)	1.075	688	52.807	44.977
ICMS	-	-	1.947.043	1.726.418
PIS/COFINS sobre faturamento	236	-	593.636	509.876
Imposto de renda e contribuição social	(124)	1.979	232.623	220.127
Obrigações intra-setoriais	-	-	496.652	513.709
Outros	59	104	13.880	11.805
	1.246	2.771	3.336.641	3.026.912
Financiamentos				
Juros e variações cambiais	5.305	24.301	679.456	724.337
Aluguéis	102	43	10.865	8.613
Outros	-	-	5.542	5.617
	5.407	24.344	695.863	738.567
Acionistas				
Juros sobre capital próprio	181.659	398.000	181.659	398.000
Dividendos distribuídos	249.600	-	249.600	-
Lucro / Prejuízos	525.651	839.804	537.591	839.804
Participação dos não controladores	-	-	208.188	211.994
	956.910	1.237.804	1.177.038	1.449.798
Valor adicionado distribuído	968.914	1.268.789	5.541.418	5.524.462

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A NEOENERGIA S.A. ("NEOENERGIA" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades dedicadas primariamente às atividades de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica.

A sede da Companhia está localizada na Praia do Flamengo, 78 - 3º andar - Flamengo - Rio de Janeiro - RJ.

A Companhia possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas e controladas em conjunto, segregadas por atividade de negócio:

Empresas Controladas	Ref	Percentual da Participação (%)			
		30/09/12		31/12/11	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
DISTRIBUIÇÃO					
COELBA		87,84	-	87,84	-
CELPE		89,65	-	89,65	-
COSERN		84,47	-	84,45	-
GERAÇÃO					
AFLUENTE GERAÇÃO		87,84	-	87,84	-
BAGUARI I		99,99	0,01	99,99	0,01
BAHIA PCH I		99,99	0,01	99,99	0,01
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA		51,00	-	51,00	-
GERAÇÃO CIII		99,99	0,01	99,99	0,01
ENERGÉTICA CORUMBA III		-	15,58	-	15,58
GOIÁS SUL		99,99	0,01	99,99	0,01
ITAPEBI		42,00	-	42,00	-
RIO PCH I		70,00	-	75,00	-
TERMOAÇU		23,13	-	23,13	-
TERMOPERNAMBUCO		99,99	0,01	99,99	0,01
GERAÇÃO CÉU AZUL	(a)	99,99	0,01	99,99	0,01
NORTE ENERGIA	(a)	-	10,00	-	10,00
TELES PIRES ENERGIA EFICIENTE	(a)	50,10	-	-	-
ENERGYWORKS		99,99	0,01	-	-
CAPUAVA		-	100,00	-	-
CALANGO I	(a)	-	50,00	50,00	-
CALANGO II	(a)	-	50,00	50,00	-
CALANGO III	(a)	-	50,00	50,00	-
CALANGO IV	(a)	-	50,00	50,00	-
CALANGO V	(a)	-	50,00	50,00	-
MEL II	(a)	-	50,00	50,00	-
ARIZONA I	(a)	-	50,00	50,00	-
CAETITÉ I	(a)	-	50,00	50,00	-
CAETITÉ II	(a)	-	50,00	50,00	-
CAETITÉ III	(a)	-	50,00	50,00	-
TRANSMISSÃO					
AFLUENTE TRANSMISSÃO		87,84	-	87,84	-
SE NARANDIBA		99,99	0,01	99,99	0,01
COMERCIALIZAÇÃO					
NC ENERGIA		100,00	-	100,00	-
OUTROS					
NEOINVEST		99,99	0,01	99,99	0,01
NEOSERVIÇOS	(b)	1,00	99,00	1,00	99,00
BELO MONTE PARTICIPAÇÕES	(c)	99,00	1,00	-	-
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES	(c)	99,00	1,00	-	-
FORÇA EÓLICA DO BRASIL	(c)	50,00	-	-	-
FORÇA EÓLICA PARTICIPAÇÕES	(c)	-	50,00	-	-

(a) Empresas constituídas para construção de novos empreendimentos em geração ou transmissão, os quais se encontram em fase pré-operacional.

(b) Participação através da NC Energia. Vide nota explicativa nº 14.

(c) Empresas de propósito específico para participação em empresas de geração. Vide nota explicativa nº 14.

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Sociedades de Propósito Específico ("SPes")	Percentual da Participação (%)			
	30/09/12		31/12/11	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Garter Properties INC.	100,00	-	100,00	-
BB Polo 28 Fundo de Investimento Renda Fixa	100,00	-	100,00	-
Ancona Renda Fixa Fundo de Investimento	100,00	-	100,00	-
Fundo de Investimento Bilbao	100,00	-	100,00	-
Santander Fundo de Investimento Rio de Janeiro Referenciado DI	100,00	-	100,00	-
Bradesco Fundo de Investimento Referenciado DI Recife	100,00	-	100,00	-
Salvador Renda Fixa Fundo de Investimento	100,00	-	100,00	-
Fundo de Investimento CAIXA Natal Renda Fixa Longo Prazo	100,00	-	100,00	-

2. CONCESSÕES

A Companhia possui o direito de explorar, indiretamente, as seguintes concessões, autorizações/permits de distribuição, comercialização, transmissão e de geração de energia:

Distribuição	Número de Municípios	Localidade	Data de Concessão	Data de Vencimento
COELBA	415	Estado da Bahia	08/08/97	07/08/27
CELPE	184	Estado de Pernambuco	30/03/00	30/03/30
CELPE	1	Distrito de Fernando de Noronha	30/03/00	30/03/30
CELPE	1	Estado da Paraíba	30/03/00	30/03/30
COSERN	167	Estado do Rio Grande do Norte	31/12/97	30/12/27
Transmissão		Localidade	Data de Concessão	Data de Vencimento
SPE SE Nandiba S.A. (SE Nandiba)		Estado da Bahia	28/01/09	28/01/39
SPE SE Nandiba S.A. (SE Extremoz)		Estado do Rio Grande do Norte	10/05/12	10/05/42
SPE SE Nandiba S.A. (SE Brumado)		Estado da Bahia	27/08/12	28/08/42
Comercialização		Localidade	Data de Autorização	
NC ENERGIA		Rio de Janeiro	16/08/2000	

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Geração em Operação	Tipo de Usina	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MWmed)	Energia Contratada (Mwmed)	Data da Concessão Autorização	Data de Vencimento
COELBA							
Belmonte	Termelétrica - UTE	Belmonte - BA	1,5 MW	Somente em caráter emergencial	-	29/08/05	Indeterminado
Ilha Grande	Termelétrica - UTE	Camamu - BA	1,7 MW	1,2 MW	1,2 MW	08/08/97	07/08/27
AFLUENTE							
Alto Fêmeas I	Hidrelétrica - PCH	Rio das Fêmeas - São Desidério - BA	10,6 MW	9,0 MW	9,0 MW	06/08/97	08/08/27
Presidente Goulart	Hidrelétrica - PCH	Rio Correntina - BA	8 MW	7,22 MW	8,0 MW	08/08/97	07/08/27
ITAPEBI							
	Hidrelétrica - UHE	Rio Jequitinhonha - BA	462 MW	214,3 MW	214,3 MW	28/05/99	27/05/34
TERMOVERNAMBUCO							
	Termelétrica - UTE	Complexo Portuário do Suape - PE	532,721 MW	504,12 MW	455 MW	18/12/00	17/12/30
CELPE							
Fernando de Noronha	Térmica a diesel	Distrito de Fernando de Noronha - PE	4,08 MW		1,6 MW	21/12/89	21/12/19
TERMOACU							
	Termelétrica - UTE	Alto do Rodrigues - RN	368 MW	331 MW	266 MW	09/07/01	08/07/31
RIO PCH I							
Pedra do Garrafão	Hidrelétrica - PCH	Rio Itabapoana - RJ	19 MW	11,91 MW	11 MW	18/12/02	17/12/32
Pirapetinga	Hidrelétrica - PCH	Rio Itabapoana - RJ	20 MW	12,71 MW	11 MW	18/02/02	17/12/32
GOIAS SUL							
Nova Aurora	Hidrelétrica - PCH	Rio Veríssimo - GO	21 MW	12,37 MW	12 MW	18/02/04	17/04/34
Goandira	Hidrelétrica - PCH	Rio Veríssimo - GO	27 MW	17,09 MW	16 MW	18/12/02	17/12/32
BAGUARI I							
	Hidrelétrica - UHE	Rio Doce - MG	140 MW	80 MW	39,27 MW	15/08/06	14/08/41
GERAÇÃO CIII							
Corumbá III	Hidrelétrica - UHE	Rio Corumbá - GO	96,4 MW	50,9 MW	30,54 MW	07/11/01	06/11/36
BAHIA PCH I							
	Hidrelétrica - PCH	Rio das Fêmeas - BA	25 MW	19,6 MW	19 MW	10/12/99	09/12/29
DARDANELOS							
	Hidrelétrica - UHE	Rio Aripuanã - MT	261 MW	154,9 MW	147 MW	03/07/07	02/07/42
ENERGYWORKS							
Kaiser Jacaré	Termelétrica - UTE	Av. Pres.Humberto de Alencar - SP	10,4 MW	(*) 7,9 MW	7,9 MW	1998	2028
Kaiser Pacatuba	Termelétrica - UTE	Rodoviária Ceará - CE	5,6 MW	(*) 2,9 MW	2,9 MW	1998	-
Corn Mogi	Termelétrica - UTE	Rua Paula Bueno - SP	34,9 MW	(*) 30,0 MW	30,0 MW	2003	2031
Corn Balsa	Termelétrica - UTE	Rua Francisco Manuel da Cruz - PR	10,7 MW	(*) 8,7 MW	8,7 MW	2002	2031
Brahma Rio	Termelétrica - UTE	Antiga estrada Rio São Paulo - RJ	14,7 MW	(*) 11,6 MW	11,6 MW	1999	2028
Geração em Construção	Tipo de Usina	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MWmed)	Energia Contratada (Mwmed)	Data da Concessão/Autorização	Data de Vencimento
BAIXO IGUAÇU							
	Hidrelétrica - UHE	Rio Iguaçu - PR	350 MW	172,8 MW	121 MW	-	-
Belo Monte							
	Hidrelétrica - UHE	Rio Xingu - PA	11.233 MW	4.571 MW	3459,95 MW	26/08/10	26/08/45
TELES PIRES							
	Hidrelétrica - UHE	Rio Teles Pires - MT	1.819,8 MW	915,4 MW	778,1 MW	07/06/11	06/06/46
PARQUES EÓLICOS							
Arizona 01	Eólica	Rio do Fogo - RN	28 MW	12,9 MW	-	03/03/11	03/03/46
Mel 2	Eólica	Areia Branca - RN	20 MW	9,8 MW	-	24/02/11	24/02/46
Caetité 1	Eólica	Caetité - BA	30 MW	13,3 MW	-	-	-
Caetité 2	Eólica	Caetité - BA	30 MW	11,2 MW	-	04/02/11	04/02/46
Caetité 3	Eólica	Caetité - BA	30 MW	11,2 MW	-	23/02/11	23/02/46
Calango 1	Eólica	Bodó,Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	13,9 MW	-	-	-
Calango 2	Eólica	Bodó,Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	11,9 MW	-	-	-
Calango 3	Eólica	Bodó,Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	13,0 MW	-	-	-
Calango 4	Eólica	Bodó,Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	12,8 MW	-	-	-
Calango 5	Eólica	Bodó,Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	13,7 MW	-	-	-

(*) Cogeneradoras que garantem o fornecimento em contratos bilaterais.

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL INTERMEDIÁRIA

A demonstração contábil intermediária individual da Companhia relativa aos nove meses findos em 30 de setembro de 2012 foi elaborada e está apresentada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e que diferem das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelo ICPC 09, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

A demonstração contábil intermediária consolidada da Companhia relativa aos nove meses findos em 30 de setembro de 2012 foi elaborada e está apresentada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

As práticas contábeis adotadas na preparação da demonstração contábil intermediária são as mesmas descritas na nota explicativa nº 03 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

Adicionalmente a demonstração contábil intermediária contempla os requerimentos mínimos de divulgação estabelecidos pelo CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias (IAS 34), bem como outras informações consideradas relevantes.

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As informações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram reclassificadas, para fins de melhor apresentação e manutenção da uniformidade na comparabilidade. A comparação entre os saldos apresentados e os saldos reclassificados para fins de comparabilidade, está demonstrada a seguir:

	Consolidado				Consolidado		
	31/12/2011				31/12/2011		
	Publicado	Reclassificação	Reclassificado		Publicado	Reclassificação	Reclassificado
ATIVO				PASSIVO			
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4.074.308	-	4.074.308	Fornecedores	808.887	-	808.887
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	2.092.260	-	2.092.260	Empréstimos e financiamentos	812.079	-	812.079
Títulos e valores mobiliários	338.207	-	338.207	Debêntures	433.525	-	433.525
Impostos e contribuições a recuperar	367.874	-	367.874	Salários e encargos a pagar	65.439	-	65.439
Estoques	22.927	-	22.927	(a) Taxas regulamentares	289.856	180.726	109.130
Despesas pagas antecipadamente	24.675	-	24.675	Impostos e contribuições a recolher	342.641	-	342.641
Entidade de previdência privada	6.555	-	6.555	Dividendos e juros sobre capital próprio	157.868	-	157.868
Serviços em curso	(a) 271.598	205.378	66.220	Provisões	46.240	-	46.240
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	31.549	-	31.549	Entidade de previdência privada	15.233	-	15.233
Outros ativos circulantes	78.556	-	78.556	Coligadas e controladas	3.276	-	3.276
TOTAL DO CIRCULANTE	7.308.509	205.378	7.103.131	Concessão do serviço público (uso do bem público)	4.994	-	4.994
				Outros passivos circulantes	256.090	-	256.090
				TOTAL DO CIRCULANTE	3.236.128	180.726	3.055.402
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	907.912	-	907.912	Fornecedores	61.159	-	61.159
Títulos e valores mobiliários	139.137	-	139.137	Empréstimos e financiamentos	4.315.250	-	4.315.250
Impostos e contribuições a recuperar	89.227	-	89.227	Debêntures	1.199.164	-	1.199.164
Coligadas e controladas	42.511	-	42.511	(a) Taxas regulamentares	102.654	24.652	78.002
Impostos e contribuições sociais diferidos	161.101	-	161.101	Impostos e contribuições a recolher	10.458	-	10.458
Benefício fiscal - égio incorporado da controladora	546.207	-	546.207	Impostos e contribuições sociais diferidos	18.217	-	18.217
Fundos vinculados	75.075	-	75.075	Provisões	272.277	-	272.277
Depósitos judiciais	299.200	-	299.200	Entidade de previdência privada	281.188	-	281.188
Entidade de previdência privada	37.596	-	37.596	Concessão do serviço público (uso do bem público)	66.189	-	66.189
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	1.145.543	-	1.145.543	Outros passivos não circulantes	370.62	-	370.62
Outros ativos não circulantes	25.744	-	25.744	TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	6.363.618	24.652	6.338.966
Investimentos	163.873	-	163.873				
Investimentos em coligadas e controladas	136.081	-	136.081	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Outros investimentos	27.792	-	27.792	Capital Social	4.739.025	-	4.739.025
Imobilizado	(b) 3.752.959	20.108	3.732.851	Reservas de capital	2.288	-	2.288
Intangível	(b) 6.888.136	(20.108)	6.908.244	Reservas de lucro	6.045.590	-	6.045.590
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	14.274.221	-	14.274.221	Outros resultados abrangentes	61.400	-	61.400
				Proposta de distribuição de dividendos adicional	194.023	-	194.023
				Acionistas não controladores	940.658	-	940.658
				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.982.984	-	11.982.984
TOTAL DO ATIVO	21.582.730	205.378	21.377.352	TOTAL DO PASSIVO	21.582.730	205.378	21.377.352

- (a) Os gastos nas controladas relativos aos Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética apropriados como serviços próprios em curso estão sendo apresentados líquidos dos recursos disponíveis para aplicação nesses programas, no grupo de Taxas Regulamentares (Nota 22);
- (b) Reclassificação para melhor apresentação de gastos em estudos e projetos na controlada Neoinvest realizados para participação em concorrências públicas por concessões diversas do segmento de energia, vencidas ou ainda a ocorrer.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábil intermediária em 23/10/2012 as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Novos IFRS e Interpretações do IFRIC

Em junho de 2011, o *International Accounting Standards Board* - IASB emitiu os seguintes pronunciamentos contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita a partir de 01/01/2013:

IFRS 9 Instrumentos Financeiros – O IFRS 9 estabelece os princípios de divulgação de ativos e passivos financeiros que irão apresentar informações úteis e relevantes para avaliação dos valores, época e incertezas dos fluxos de caixa futuros.

IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas - O IFRS 10 inclui nova definição de controle na determinação de quais entidades serão incluídas nas demonstrações consolidadas de um grupo. O IFRS 10 substitui em parte o IAS 27 (CPC 36).

IFRS 11 Operações conjuntas - O IFRS 11 prescreve a contabilização para contratos nos quais existem controle conjunto. Consolidação proporcional não será mais permitida para empreendimentos conjuntos e/ou onde haja controle compartilhado.

IFRS 12 Divulgação de participação em outras entidades - O IFRS 12 determina as exigências de divulgação para controladas, controladas em conjunto e/ou empreendimentos conjuntos, coligadas e sociedades de propósito específico. O IFRS 12 substitui requerimentos previamente incluídos nos IAS 27 (CPC 35), IAS 31 (CPC 19) e IAS 28 (CPC 18).

Enquanto aguarda a aprovação das normas internacionais pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis Brasileiro, a Companhia está procedendo sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

A demonstração contábil intermediária consolidada foi preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R2) - Demonstrações Consolidadas e pela Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, que incluem a Neoenergia, suas controladas e controladas em conjunto.

As demonstrações contábeis intermediárias das controladas em conjunto Termoçu, Telespíres e Força Eólica da Brasil foram consolidadas com base no método de consolidação proporcional, aplicável sobre cada componente das informações intermediária da investida.

	Termoçu		Teles Píres		Força Eólica do Brasil	
	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
Ativo	815.119	801.660	1.296.185	823.871	418.122	-
Circulante	126.533	89.585	65.392	360.760	70.886	-
Não Circulante	688.586	712.075	1.230.792	463.111	347.236	-
Passivo	815.119	801.660	1.296.184	823.870	418.122	-
Circulante	67.968	68.262	567.735	370.822	2.394	-
Não Circulante	91	-	78.930	72.774	82	-
Patrimônio Líquido	747.060	733.398	649.519	380.275	415.646	-

Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre as diversas empresas do Grupo. As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- ▶ Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- ▶ Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;
- ▶ Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas.
- ▶ Capitalização dos encargos financeiros decorrentes das captações aos ativos atribuíveis.
- ▶ Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações dos resultados.

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para fins de apresentação da demonstração contábil intermediária consolidada, o ágio pago pela Neoenergia S.A. na aquisição de investimentos, o qual é atribuído à concessão, foi classificado no ativo intangível.

Segue abaixo quadro de conciliação do resultado:

	<u>No trimestre de 01/07/2012 a 30/09/2012</u>	<u>Acumulado de 01/01/2012 a 30/09/2012</u>
RESULTADO DA CONTROLADORA		
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	288.352	956.910
Resultado financeiro líquido capitalizado (a)	11.940	11.940
RESULTADO CONSOLIDADO		
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	300.292	968.850

- (a) Corresponde aos encargos decorrentes de captação de recursos de terceiros por Telespíres Participações para investimento na Cia. Hidrelétrica Telespíres S.A. e aplicação na construção da usina.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>30/09/12</u>	<u>31/12/11</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	31.074	147	182.303	Reclassificado 94.921
Aplicações financeiras de liquidez imediata:				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	882.268	1.159.882	946.722	1.239.928
Fundos de investimento	1.215.069	1.990.393	2.460.939	2.739.459
	<u>2.128.411</u>	<u>3.150.422</u>	<u>3.589.964</u>	<u>4.074.308</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

As aplicações financeiras são formadas, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, podendo conter diversos ativos tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB's, entre outros. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

Outra parte das aplicações financeiras é formada por Certificados de Depósito Bancário - CDB's, que correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, contratadas pela empresa a percentuais que variam de 97% a 105%, do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), tendo como característica alta liquidez e baixo risco de crédito.

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E DEMAIS CONTAS A RECEBER

As contas a receber de clientes e demais contas a receber estão compostas da seguinte forma:

	Ref.	Consolidado	
		30/09/12	31/12/11
			Reclassificado
Consumidores	(a)	2.942.277	3.112.347
Títulos a receber	(b)	127.411	113.304
Comercialização de energia na CCEE	(c)	99.474	84.287
Disponibilização do sistema de distribuição		43.470	35.157
Serviços prestados a terceiros		20.070	22.601
Subvenção à baixa renda - tarifa social	(d)	99.041	23.857
Outros créditos		144.388	169.203
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(e)	(857.295)	(560.584)
Total		<u>2.618.836</u>	<u>3.000.172</u>
Circulante		1.901.545	2.092.260
Não circulante		717.291	907.912

a) Consumidores

	Consolidado						
	Saldos vencidos		Total		PCLD		
	Saldos	Até 90	Mais de 90	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
	vincendos	dias	dias				
Setor Privado							
Residencial	463.342	210.288	596.602	1.270.232	1.387.314	(642.585)	(345.373)
Industrial	161.902	15.972	97.652	275.526	310.712	(60.711)	(55.017)
Comercial, serviços e outras	250.938	55.467	110.902	417.307	441.133	(67.012)	(47.096)
Rural	74.813	19.002	84.530	178.345	164.010	(39.018)	(46.553)
	950.995	300.729	889.686	2.141.410	2.303.169	(809.326)	(494.039)
Setor Público							
Poder público							
Federal	15.099	1.531	3.718	20.348	21.104	(1.650)	(1.484)
Estadual	160.605	3.637	1.574	165.816	174.611	(1.186)	(1.438)
Municipal	164.551	22.085	28.191	214.827	216.482	(22.042)	(29.912)
	340.255	27.253	33.483	400.991	412.197	(24.878)	(32.834)
Iluminação pública	37.789	14.797	19.074	71.660	74.271	(2.759)	(2.456)
Serviço público	78.897	5.917	15.143	99.957	91.452	(7.695)	(11.656)
Fornecimento não faturado	228.259	-	-	228.259	231.258	-	-
	1.636.195	348.696	957.386	2.942.277	3.112.347	(844.658)	(540.985)
Consumidores							
Circulante				2.307.795	1.220.843	(831.635)	(375.939)
Não circulante				634.482	1.891.504	(13.023)	(165.046)

As contas a receber de consumidores de longo prazo representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Inclui juros e multa calculados pró-rata temporis.

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Títulos a receber

Referem-se às contas de fornecimento de energia das empresas geradoras e comercializadoras com os diversos agentes de mercado.

	Consolidado					
	Saldo vincendo	Vencidos		Total		PCLD
		Até 90 dias	Mais 90 dias	30/09/12	31/12/11 Reclassificado	30/09/12 Reclassificado
Setor público	2.843	9	27	2.879	6.590	(28)
Setor privado	54.724	55.409	14.399	124.532	106.714	(5.135)
Total	57.567	55.418	14.426	127.411	113.304	(5.163)

Os parcelamentos de débitos incluem juros e atualização monetária a taxas, prazos e indexadores comuns de mercado e os valores líquidos da PCLD são considerados recuperáveis pela Administração da Companhia.

(c) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia - MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado, sendo que o montante de R\$ 67.982 refere-se às operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculados a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa por entender que este valor será integralmente recebido seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

(d) Subvenção à Baixa Renda – Tarifa Social

Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa aos consumidores da classe residencial baixa renda. O Decreto Presidencial nº 7.583, de 13 de outubro de 2011 definiu a CDE como fonte para concessão de subvenção. A Resolução Normativa ANEEL nº 472, de 24 de janeiro de 2012 estabeleceu a metodologia de cálculo para apurar a diferença mensal de receita e o montante de recursos a ser repassado.

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(e) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com as normas do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica da ANEEL e após criteriosa análise das contas a receber vencidas, a Administração da Companhia e de suas controladas entenderam ser suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, inclusive títulos a receber.

Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº 9.430/96, está adicionado ao lucro real e à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL.

	Consolidado			
	Consumidores	Títulos a receber	Outros créditos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011 (reclassificado)	(540.985)	(6.567)	(13.032)	(560.584)
Adições	(544.004)	(1.247)	(7.695)	(552.946)
Reversões	179.454	2.651	13.222	195.327
Baixados a reserva	60.877	-	31	60.908
Saldos em 30 de setembro de 2012	(844.658)	(5.163)	(7.474)	(857.295)

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Agente financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	Consolidado	
					30/09/12	31/12/11
Banco do Brasil		Fundo de Investimento	mar-13	Variável	8.194	16.524
Banco do Brasil	(a)	Fundo BB Polo	(*)	CDI	93.556	252.232
Banco Itaú		Títulos Públicos	set-13	Selic	-	28.675
Banco Itaú		CDB	diversos	CDI	307.451	2.141
Banco Itaú	(b)	Títulos Públicos	mai-12 / ago-12 / fev-13	CDIC	1.185	999
Banco Itaú	(b)	CDB	out-13	CDI	-	307
Banco Nordeste do Brasil	(a)	Carteira de clientes/CDI	Diversos	CDI	20.691	28.701
Banco Nordeste do Brasil	(a)	CDB	jan-13	CDI	7.006	6.593
Banco Nordeste do Brasil	(a)	CDB	jan-14	CDI	5.384	5.067
Banco Nordeste do Brasil	(a)	CDB	dez-12	CDI	14.323	16.312
Banco Nordeste do Brasil	(a)	CDB	set-18	CDI	20.865	19.698
Banco Nordeste do Brasil	(a)	CDB	jul-16	CDI	37.298	39.037
Bradesco	(b)	Fundo Recife	(*)	CDI	9.829	4.782
Bradesco		Fundo de Investimento	(*)	CDI	7.135	7.502
Bradesco	(b)	CDB/CDI	Diversos	CDI	10	742
Bradesco	(b)	LFT	(*)	CDI	27	552
Bradesco	(b)	CDB	jan-13 / set-13	CDI	2.147	2.000
Bradesco	(b)	LFT	mar-12	CDI	21	226
Caixa Econômica Federal		CDB	jan-12 / fev-14	CDI	14.894	5.555
Caixa Econômica Federal		CDB	Diversos	CDI	9.182	5.871
Caixa Econômica Federal		LFT	Diversos	CDI	-	6.260
Caixa Econômica Federal		CDB	Diversos	CDI	14.731	10.951
Votorantim	(b)	CDB	dez-12	CDI	2.106	4.839
Votorantim	(b)	CDB	dez-12	CDI	36	1.193
Votorantim		CDB	jun-13	CDI	-	9.889
Banco Itaú		Fundo SSA DI	(*)	CDI	13.874	-
Sul América		Título de capitalização	set-12	TR	-	5
Banco Itaú	(b)	CDB	jul-12	CDI	-	126
Caixa Econômica Federal		Fundo de Investimento	(*)	Variável	1.821	565
Santander		LFT	jun-14 a jun-16	Selic	7.383	-
Banco Itaú		LFT	mar-18	Selic	116.792	-
Banco Itaú		LFT	diversos	Selic	63.536	-
Total					<u>779.477</u>	<u>477.344</u>
Circulante					668.160	338.207
Não circulante					111.317	139.137

(a) Constituem reservas reais para garantia de empréstimos junto às instituições financeiras.

(b) Constituem garantia para contrato de energia.

(*) Aplicações com liquidez sem vencimento pré-determinado.

Os CDBs são títulos emitidos por bancos de primeira linha, com carência igual ou maior que 90 dias a contar da data de aquisição, sem condição de resgate antecipado, indexados com base na variação percentual do CDI, valorização diária e com registro na CETIP.

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Ref.	Controladora		Consolidado	
	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
Circulante				
Imposto de Renda - IR	(a) 94.308	92.719	254.078	191.421
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido- CSLL	(a) 2.956	3.843	116.406	28.304
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(b) -	-	86.022	79.475
Programa de Integração Social - PIS	(c) -	-	16.646	14.813
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(c) -	-	35.304	38.460
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	-	-	11.341	9.171
IOF	3.852	3.811	3.852	3.811
Imposto sobre Serviços - ISS	21	21	1.794	1.035
Outros	646	631	2.679	1.384
	<u>101.783</u>	<u>101.025</u>	<u>528.122</u>	<u>367.874</u>
Não-Circulante				
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido- CSLL	-	-	162	-
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(b) 9	-	104.501	85.103
Programa de Integração Social - PIS	(c) -	-	49	304
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(c) -	-	-	1.173
Recuperação Fiscal - REFIS	(d) -	-	2.413	2.412
Outros	-	-	74	235
	<u>9</u>	<u>-</u>	<u>107.199</u>	<u>89.227</u>
Total	<u>101.792</u>	<u>101.025</u>	<u>635.321</u>	<u>457.101</u>

- (a) Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) antecipados correspondem, principalmente, aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos, retenção na fonte referente a serviços prestados e saldo negativo do Imposto de Renda - IR e base de cálculo negativa da CSLL.
- (b) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado, registrado com base na Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000.
- (c) PIS e COFINS a compensar decorrente do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis nº 10.637/02 e nº 10.833/03, respectivamente, apuração mensal, das retenções/antecipações de órgãos públicos e ajuste dos créditos provenientes de encargos de depreciação de máquinas e equipamentos e gastos com materiais aplicados na atividade de prestação de serviços, conforme disposto no Parecer SRFB COSIT nº 27/2008.

PIS/COFINS (Alargamento da Base de Cálculo) – A Neoenergia e suas controladas Coelba, Celpe, Cosern e Itapebi impetraram Mandado de Segurança com pedido de Liminar, em 21 de julho de 2004, no Tribunal Regional Federal – 1ª. Região, arguindo a inconstitucionalidade da Lei nº. 9.718/98 que incluiu na base de cálculo do PIS e da COFINS as receitas derivadas de operações financeiras. A matéria foi julgada pelo STF resultando na declaração de inconstitucionalidade do alargamento da base de cálculo. Exaurido a fase recursal sem êxito para o Erário Federal, as Companhias

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

obtiveram o direito de reconhecer o referido crédito, e, observando as exigências do CPC 25, procedeu no mês de setembro de 2010 o registro contábil do indébito tributário, que estão sendo compensados com outros tributos federais após homologação da Receita Federal do Brasil, no montante total de R\$ 185.932, tendo como contrapartida o resultado do exercício daquele exercício.

- (d) Crédito decorrente do pagamento de parcelas adicionais a título de Recuperação Fiscal (REFIS), em virtude da existência de uma diferença entre o valor do débito parcelado consolidado e o declarado pela Companhia, derivado de multas moratórias calculadas sobre o IRPJ, CSLL e FINSOCIAL. A Coelba impetrou Agravo de Instrumento e obteve a suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Caso a decisão do mérito da demanda judicial seja favorável, a Coelba procederá à compensação do valor pago a maior. Vide nota explicativa nº. 25 – Provisões.

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES E DIFERIDOS

A Neoenergia e suas controladas registraram os tributos e contribuições sociais diferidos sobre diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculo.

Para as empresas que optaram pelo regime fiscal do lucro real, o IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, a CSLL, o PIS e a COFINS estão constituídos, respectivamente as alíquotas de 9%, 1,65% e 7,6%. Para as empresas que optaram pelo regime fiscal do lucro presumido o PIS e a COFINS estão constituídos, respectivamente às alíquotas de 0,65% e 3,0%, as quais são aplicáveis aos contribuintes que elegeram ao regime cumulativo.

Segue abaixo composição do saldo de impostos e contribuições sociais:

	Ativo				Passivo			
	30/09/12		31/12/11		30/09/12		31/12/11	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de Renda								
Prejuízos fiscais	4.657	1.164	2.131	533	13.959	3.490	-	-
Diferenças temporárias	443.700	112.173	477.144	120.534	(169.439)	(42.324)	(50.979)	(12.708)
	448.357	113.337	479.275	121.067	(155.480)	(38.834)	(50.979)	(12.708)
Contribuição Social								
Base negativa	4.657	894	2.131	667	13.959	1.256	-	-
Diferenças temporárias	391.131	35.202	437.406	39.367	(188.209)	(16.939)	(61.213)	(5.509)
	395.788	36.096	439.537	40.034	(174.250)	(15.683)	(61.213)	(5.509)
Total		149.433		161.101		(54.517)		(18.217)

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

Ativo	Consolidado			
	30/09/12		31/12/11	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	133.318	133.318	162.323	162.323
Provisão para passivo atuarial	287.959	287.959	291.672	291.672
Provisão para demissão voluntária	584	584	927	927
Provisão desvalorização de ativos financeiros	5.000	5.000	5.000	5.000
Provisão para contingências	241.793	241.793	217.011	217.011
Provisão agente arrecadador	2.099	2.099	2.099	2.099
Provisão PLR	21.383	21.383	9.919	9.919
Depreciação indedutível (Provisão para contingências ambientais)	5.188	5.188	5.021	5.021
Pis/Cofins diferidos	89.974	89.974	85.778	85.778
Incentivo Fiscal Sudene	48.557	-	34.961	-
Ajustes RTT				
Aplicação do "Hedge Accounting"	141	141	-	-
Diferença entre valor justo do ano corrente e da adoção inicial	54.647	54.647	59.904	59.904
Déficit plano previdenciário	2.130	2.130	2.130	2.130
Ativos e passivos regulatórios	60.930	60.930	77.708	77.709
Custo de captação	1.888	-	-	-
Outros	68.725	47.212	42.470	26.818
Total ativo	1.024.316	952.358	996.923	946.311
Passivo (-)				
Precatório Finsocial/PAES	(8.431)	(8.431)	(8.122)	(8.122)
Ajustes RTT				
Aplicação do "Hedge Accounting"	(253)	(253)	(2.128)	(2.128)
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor justo na adoção inicial	(240.751)	(240.132)	(106.075)	(105.435)
Ajuste da quota anual de amortização	(127.422)	(127.422)	(117.576)	(117.576)
Capitalização/(Amortização) de juros de acordo com o IFRS	(143.511)	(143.511)	(138.709)	(138.709)
Déficit plano previdenciário	(443)	(443)	(443)	(443)
Superávit plano previdenciário	(39.568)	(39.568)	(48.025)	(48.025)
Ativos e passivos regulatórios	(143.927)	(143.927)	(128.110)	(128.110)
Custo de captação	(14.366)	(14.366)	(19.439)	(19.439)
Outros	(12.767)	(12.767)	-	-
Total passivo	(731.439)	(730.820)	(568.627)	(567.987)
Total líquido	292.877	221.538	428.296	378.324

Estudos técnicos de viabilidade, apreciados e aprovados pelos Conselhos de Administração e apreciados pelo Fiscal da Companhia e de suas controladas, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos como definido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura das controladas e do mercado que as mesmas operam.

Como a base tributável do IR e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de IR e CSLL. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir é apresentada reconciliação da despesa (receita) dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 30 de setembro de 2012 e de 2011.

Ref.	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em			
	30/09/12		30/09/11	
	IR	CSLL	IR	CSLL
			(Reclassificado)	
Lucro contábil combinado antes do imposto de renda e contribuição social	453.458	453.458	598.472	598.472
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(12.132)	(12.132)	(12.879)	(12.879)
Ajustes decorrentes do RTT	(3.893)	(3.893)	(12.425)	(12.425)
Juros sobre capital próprio	(45.781)	(45.782)	(191.554)	(191.554)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	391.652	391.651	381.614	381.614
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	97.913	35.249	95.404	34.345
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Amortização ágio participação societária	6.006	2.162	6.288	2.264
Perda de equivalência patrimonial	138	50	-	-
JSCP	-	-	15.933	5.736
Juros sobre obras em andamento - JOA	-	4	-	4
Contribuições e doações	327	117	378	136
Multas indebitáveis	520	187	629	226
Depreciação veículos executivos	65	24	110	39
Excesso despesas previdenciárias	830	300	847	305
Efeito regime lucro presumido	-	-	28	15
Outras adições	95	156	11.628	3.058
	7.981	3.000	35.841	11.783
(-) Exclusões				
Equivalência patrimonial	-	-	(79)	(28)
Reversão da provisão do ágio	(3.675)	(1.323)	(4.013)	(1.445)
Reversão da PMIPL	(2.210)	(796)	(2.292)	(826)
Incentivo fiscal SUDENE	(51.789)	-	(76.584)	-
Incentivos audiovisual/Rouanet e PAT	(1.727)	-	(1.998)	-
Efeito regime lucro presumido	(12.032)	(1.279)	(13.275)	(3.096)
Outras exclusões	(5.388)	(991)	(11.491)	(2.483)
	(76.821)	(4.389)	(109.732)	(7.878)
Imposto de renda e contribuição social no período	29.073	33.860	21.513	38.250
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado (compensado)	5.830	2.242	(3.729)	(1.472)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	34.903	36.102	17.784	36.778
Corrente	24.161	28.521	30.760	38.476
Diferido	10.742	7.581	(12.976)	(1.698)
	34.903	36.102	17.784	36.778

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ref.	Consolidado			
	Períodos de nove meses findos em			
	30/09/12		30/09/11	
	IR	CSLL	IR	CSLL
			(Reclassificado)	
Lucro contábil combinado antes do imposto de renda e contribuição social	1.409.661	1.409.661	1.669.925	1.669.925
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(36.381)	(36.381)	(38.976)	(38.976)
Ajustes decorrentes do RTT	(11.555)	(11.555)	(38.087)	(38.087)
Juros sobre capital próprio	(181.659)	(181.659)	(582.660)	(582.660)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	1.180.066	1.180.066	1.010.202	1.010.202
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	295.017	106.206	252.551	90.918
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Amortização ágio participação societária	18.374	6.615	18.787	6.763
Perda de equivalência patrimonial	463	167	-	-
JSCP	-	-	48.000	17.280
Juros sobre obras em andamento - JOA	-	13	-	11
Contribuições e doações	431	155	665	239
Multas indedutíveis	2.043	736	844	304
Depreciação veículos executivos	218	79	323	116
Excesso despesas previdenciárias	2.421	872	2.496	899
Efeito regime lucro presumido	11	5	27	15
Outras adições	1.719	1.344	14.813	4.920
	25.680	9.986	85.955	30.547
(-) Exclusões				
Equivalência patrimonial	-	-	(141)	(51)
Reversão da provisão do ágio	(11.031)	(3.971)	(12.040)	(4.334)
Reversão da PMIPL	(6.631)	(2.387)	(6.873)	(2.474)
Incentivo fiscal SUDENE	(190.557)	-	(193.070)	-
Incentivos audiovisual/Rouanet e PAT	(3.349)	-	(4.697)	-
Efeito regime lucro presumido	(13.634)	(3.736)	(28.433)	(7.902)
Outras exclusões	(12.773)	(3.118)	(15.725)	(4.441)
	(237.975)	(13.212)	(260.979)	(19.202)
Imposto de renda e contribuição social no período	82.722	102.980	77.527	102.263
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado (compensado)	7.583	2.957	1.002	359
Imposto de renda e contribuição social no resultado	90.305	105.937	78.529	102.622
Corrente	90.231	103.990	77.669	99.424
Diferido	74	1.947	860	3.198
	90.305	105.937	78.529	102.622

(a) Regime Tributário de Transição

A Medida Provisória nº 449/2008, de 03 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT foi opcional para os anos de 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para as pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

A Neoenergia e suas controladas efetuaram sua opção pela adoção do RTT na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009 ("DIPJ") anual-calendário 2008 e adicionalmente em 30 de novembro de 2009 efetuou a elaboração do

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT) criado pela Instrução Normativa nº 949/2009 da Receita Federal do Brasil.

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC's: Estrutura Conceitual Básica (Reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e baixa do ativo diferido), 04 (Ativo Intangível) – IAS38, 08 (Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários) – IAS39, 20 (Custos de Empréstimos) – IAS23, 33 (Benefícios a Empregados) – IAS19, 38 (Instrumentos Financeiros) – IAS39 e ICPC 01 (Contratos de Concessão) – IFRIC12.

11. SERVIÇOS EM CURSO

	30/09/12	31/12/11
Serviço próprio	31.017	24.819
Serviços prestados a terceiros	64.827	40.281
Transf.fabric.reparo de materiais	1.213	1.120
Total	97.057	66.220

Os Serviços em curso representam um processo de registro, acompanhamento e controle de valores, que serão utilizados para apuração de custos referentes aos serviços executados para terceiros ou para a própria concessionária e permissionária. Quando da conclusão dos serviços esses custos serão transferidos para outras contas patrimoniais e/ou de resultado a depender da natureza do serviço.

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo, nos termos da lei.

Ref.	Controladora		Consolidado	
	30/09/12	31/12/11	30/09/12	Reclassificado 31/12/11
Trabalhistas	1.870	1.870	114.786	93.172
Cíveis	11	11	74.831	52.371
Fiscais:	118.010	93.883	172.538	145.216
PIS / COFINS	(a) 98.074	93.883	115.051	110.291
IRRF sobre juros sobre capital próprio	19.936	-	19.936	-
Incentivo fiscal SUDENE	(b) -	-	7.803	7.329
Impostos Municipais	-	-	5.831	5.450
ICMS	-	-	5.804	5.717
INSS	-	-	6.998	6.636
CSLL	-	-	803	759
IOF	-	-	6.265	6.265
Outros	-	-	4.047	2.769
Outros	-	-	9.323	8.441
Total	119.891	95.764	371.478	299.200

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Em 2006, a Neoenergia impetrou o mandado de segurança nº 2005.51.01.009039-0 visando impedir a cobrança de créditos tributários de PIS/COFINS que supostamente deixaram de ser recolhidos sobre o recebimento de juros sobre capital próprio (JSCP) sendo proferida sentença nos autos do referido processo concedendo a segurança para declarar o direito da Neoenergia de não recolher as contribuições de PIS e COFINS sobre os valores recebidos a título de juros sobre capital próprio e de suas controladas e coligadas, bem como à compensação das parcelas recolhidas indevidamente nos últimos 10 anos, tendo a Fazenda Nacional interposto recurso de apelação. Em 12/04/2010, a 4ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região deu provimento ao recurso de apelação da União e à remessa necessária, para reformar a sentença favorável à Neoenergia proferida nos autos do referido mandado de segurança. A Neoenergia efetuou o depósito judicial do valor do PIS no montante de R\$ 8.719 e da COFINS no montante de R\$ 68.167, nos termos do artigo 63, §2º da Lei nº 9.430/96.
- (b) Na Coelba, em virtude da desistência do processo judicial impetrado contra a Receita Federal que questionava a falta de exclusão da provisão para a manutenção da integridade do PL do cálculo do lucro da exploração, os depósitos judiciais realizados tornaram-se disponíveis para levantamento pela União. O saldo residual contabilizado corresponde aos depósitos feitos em duplicidade em decorrência da notificação feita pela Receita Federal através de carta cobrança, os quais estão sendo questionados judicialmente.

13. OUTROS ATIVOS

	Ref.	Controladora		Consolidado	
		30/09/12	31/12/11	30/09/12	Reclassificado 31/12/11
Adiantamentos a empregados		18	3	10.233	2.834
Adiantamentos a fornecedores		42	42	34.027	13.948
Serviços prestados a terceiros		-	-	5.972	6.539
Alienações em curso		-	-	1.741	1.614
RGR a compensar		-	-	445	647
Precatório - Finsocial/PAES	(a)	-	-	13.502	13.152
Desativações em curso	(b)	-	-	-	7.514
Dispêndios a reembolsar em curso	(c)	-	-	9.225	11.010
Cobrança extra judicial		-	-	6.427	6.424
Uso mútuo de postes		-	-	6.359	6.583
Títulos de crédito a receber		-	-	1.638	1.638
Sub-rogação CCC		-	-	1.577	1.720
Outros créditos a receber	(d)	25.184	25.197	37.318	30.677
Total		25.244	25.242	128.464	104.300
Ativo circulante		10.151	10.107	102.216	78.556
Ativo não circulante		15.093	15.135	26.248	25.744

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Precatórios Federais expedidos em julho de 2003 pelas controladas Coelba e Celpe, no valor de R\$ 13.282, com expectativa de realização do saldo, que depende de aprovação em Lei de Orçamento Anual - LOA, em 10 (dez) prestações anuais, iguais e sucessivas, com acréscimo de juros legais, já tendo sido liberadas as 7 (sete) primeiras parcelas anuais.
- (b) Referem-se a gastos efetuados para reforma de equipamentos das usinas geradoras de energia elétrica Baguari e EnergyWorks.
- (c) Referem-se a gastos efetuados em obras de construção/instalação do padrão de entrada e do kit de baixa renda do Programa Luz para Todos, a serem reembolsáveis pelos beneficiários.
- (d) Na controladora, referem-se a adiantamento para aquisição de direitos da Rio PCH que serão recebidos com dividendos futuros do acionista não controlador e a adiantamento concedido para a Rede Bandeirantes para veiculação de mídia.

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. INVESTIMENTOS

Informações sobre as investidas.

Investidas	Ref.	Data-base	Ações possuídas (em milhares)		Participação no capital integralizado %	Capital realizado	Patrimônio líquido	Lucro/Prejuízo líquido no período
			Ordinárias	Preferenciais				
COELBA		30/09/12	98.122	67.179	87,84	542.163	2.631.329	554.853
		30/09/11	98.122	67.179	87,84	542.163	2.297.937	612.401
CELPE		30/09/12	66.023	864	89,65	590.174	1.581.260	17.851
		30/09/11	66.023	864	89,65	590.174	1.607.294	238.346
COSERN		30/09/12	110.814	31.153	84,47	179.787	840.897	191.007
		30/09/11	110.782	31.153	84,45	179.787	769.748	151.591
ITAPEBI		30/09/12	44.100	-	42,00	105.000	380.410	144.906
		30/09/11	44.100	-	42,00	105.000	396.096	86.485
TERMOPE		30/09/12	262.594	-	100,00	214.570	407.933	1.539
		30/09/11	262.594	-	100,00	214.570	436.273	74.726
BAGUARI I	(a)	30/09/12	87.133	-	100,00	87.133	97.609	9.447
		30/09/11	76.000	-	100,00	87.133	97.857	9.007
GOIAS SUL	(b)	30/09/12	109.643	-	100,00	188.446	194.148	8.072
		30/09/11	109.643	-	100,00	188.446	186.075	2.995
GERAÇÃO C III	(c)	30/09/12	128.566	-	100,00	147.575	161.016	12.145
		30/09/11	70.265	-	100,00	147.575	164.926	14.127
RIO PCH I	(d)	30/09/12	74.166	-	70,00	105.951	115.938	9.423
		30/09/11	74.166	-	70,00	105.951	114.140	8.389
BAHIA PCH I	(e)	30/09/12	49.174	-	100,00	108.937	122.573	12.030
		30/09/11	49.174	-	100,00	91.067	97.527	5.697
SE NARANDIBA		30/09/12	16.000	-	100,00	21.000	23.612	2.604
		30/09/11	1	-	100,00	16.000	16.055	(17)
AGUAS DA PEDRA	(f)	30/09/12	145.557	-	51,00	253.000	355.370	41.953
		30/09/11	145.557	-	51,00	253.000	313.978	63.806
TERMOAÇU	(g)	30/09/12	290.047	-	23,13	699.736	747.060	13.692
		30/09/11	290.047	-	23,93	699.736	169.634	10.757
GERAÇÃO CÉU AZUL		30/09/12	1	-	100,00	28.440	28.035	(34)
		30/09/11	1	-	100,00	5.231	4.860	(32)
NC ENERGIA		30/09/12	13.600	-	100,00	13.600	45.292	30.230
		30/09/11	13.600	-	100,00	15.486	15.741	6.127
NEOSERV	(h)	30/09/12	1	-	100,00	726	9.276	2.879
		30/09/11	1	-	100,00	2.631	8.302	1.229
GARTER		30/09/12	1	-	100,00	-	40	-
		30/09/11	1	-	100,00	-	40	(3)
AFLUENTE GERAÇÃO	(i)	30/09/12	9.812	6.718	87,84	30.916	45.982	9.001
		30/09/11	9.812	6.718	87,84	30.916	42.350	6.500
AFLUENTE TRANSMISSÃO	(i)	30/09/12	55.416	-	87,84	63.084	80.397	14.218
		30/09/11	55.417	-	87,84	63.084	81.257	15.067
BELO MONTE PARTICIPAÇÕES	(j)	30/09/12	198.001	-	100,00	200.001	208.497	(1.017)
		30/09/11	-	-	100,00	200.001	209.514	6.201
NORTE ENERGIA		30/09/12	180.010	-	10,00	-	1.717.325	(30.244)
		30/09/11	-	-	-	-	1.447.569	(1.121)
ENERGYWORKS	(k)	30/09/12	214.479	-	100,00	117.964	128.686	9.757
		30/09/11	-	-	-	117.964	132.680	2.512
CAPUAVA	(k)	30/09/12	-	-	100,00	11.456	16.015	4.148
		30/09/11	-	-	-	11.456	17.718	2.367
ECIII		30/09/12	-	-	15,58	-	136.713	8.295
		30/09/11	-	-	-	-	127.426	-
NEOINVEST		30/09/12	24.970	-	100,00	24.970	22.049	(1.665)
		30/09/11	1	-	100,00	24.200	22.945	247
TELES PIRES	(l)	30/09/12	1	-	50,10	665.293	649.519	(11.814)
		30/09/11	-	-	-	384.527	190.518	(1.677)
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES	(l)	30/09/12	192.994	-	100,00	192.994	173.000	(17.859)
		30/09/11	-	-	-	192.994	190.859	-

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Investidas	Ref.	Data-base	Ações possuídas (em milhares)		Participação no capital integralizado %	Capital realizado	Patrimônio líquido	Lucro/Prejuízo líquido no período
			Ordinárias	Preferenciais				
CALANGO I	(m)	30/09/12	1	-	50,00	28.700	28.736	36
		30/09/11	-	-	-	2	2	-
CALANGO II	(m)	30/09/12	1	-	50,00	29.746	29.798	50
		30/09/11	-	-	-	2	2	-
CALANGO III	(m)	30/09/12	1	-	50,00	29.280	29.336	54
		30/09/11	-	-	-	2	2	-
CALANGO IV	(m)	30/09/12	1	-	50,00	28.478	28.514	34
		30/09/11	-	-	-	2	2	-
CALANGO V	(m)	30/09/12	1	-	50,00	27.978	28.010	30
		30/09/11	-	-	-	2	2	-
MEL II	(m)	30/09/12	1	-	50,00	26.980	27.240	244
		30/09/11	-	-	-	2	10	-
ARIZONA I	(m)	30/09/12	1	-	50,00	27.888	27.944	54
		30/09/11	-	-	-	2	2	-
CAETITÉ I	(m)	30/09/12	1	-	50,00	33.856	33.920	62
		30/09/11	-	-	-	2	2	-
CAETITÉ II	(m)	30/09/12	1	-	50,00	41.174	41.342	160
		30/09/11	-	-	-	2	5	-
CAETITÉ III	(m)	30/09/12	1	-	50,00	39.262	39.344	80
		30/09/11	-	-	-	2	2	-
FORÇ. EÓLICA DO BRASIL	(m)	30/09/12	-	-	50,00	411.672	415.646	3.964
		30/09/11	-	-	-	-	-	-
FORÇA EÓLICA PARTICIPAÇÕES	(m)	30/09/12	198.693	-	50,00	163.130	163.782	650
		30/09/11	-	-	-	-	-	-

(a) BAGUARI I

A Baguari I Geração de Energia S.A. foi constituída em 11 de janeiro de 2006, com o propósito de participar do Consórcio UHE Baguari, com participação de 51% da Neoenergia, e onde participam também a SPE (49%) formada por CEMIG e Furnas. O Consórcio UHE Baguari é responsável pela construção e operação da UHE Baguari, empreendimento localizado no rio Doce, no estado de Minas Gerais. A energia será gerada através de quatro unidades geradoras, totalizando uma capacidade instalada de 140 MW. As obras para a implantação da UHE se iniciaram em 10 de maio de 2007, e sua entrada em operação comercial ocorreu em 09 de setembro de 2009.

(b) GOIÁS SUL

A Goiás Sul foi criada com o propósito de construir, operar e manter a PCH Goiandira e a PCH Nova Aurora, ambas localizadas no Rio Veríssimo, Goiás. A energia será gerada através de quatro unidades geradoras sendo duas para a PCH Goiandira (27 MW) e duas para a PCH Nova Aurora (21 MW). As obras para a implantação das PCHs se iniciaram em 31 de julho de 2007 e a PCH Goiandira entrou em operação comercial em dezembro de 2010 e a PCH Nova Aurora em março de 2011.

(c) GERAÇÃO CIII

A Geração CIII S.A. foi constituída com o propósito de participar do Consórcio Empreendedor Corumbá III, com a participação de 60%, onde também participam do consórcio a Companhia Energética de Brasília (CEB) e a Companhia Energética de Goiás (CELG). O Consórcio Empreendedor Corumbá III é responsável pela construção da UHE

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Corumbá III, empreendimento localizado no rio Corumbá, no Estado de Goiás. A energia será gerada através de duas unidades geradoras, totalizando uma capacidade instalada de 93,6 MW. As obras para implantação da UHE se iniciaram em 31 de agosto de 2007, e sua entrada em operação comercial ocorreu em 24 de outubro de 2009.

(d) RIO PCH I

A Rio PCH I foi constituída em 26 de janeiro de 2007, onde a Neoenergia tem participação majoritária em 70% e os 30% restantes pertencem à Performance Centrais Hidrelétricas Ltda., empresa que possui a autorização das Pequenas Centrais Elétricas de Pirapetinga (20MW) e Pedra do Garrafão (19 MW), no rio Itabapoana, divisa dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. As PCHs Pirapetinga e Pedra do Garrafão entraram em operação comercial em agosto e setembro de 2009, respectivamente.

(e) BAHIA PCH I

A Bahia PCH I foi criada com o propósito de construir, operar e manter a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Sítio Grande, localizada no Rio das Fêmeas, município de São Desidério – BA. A energia será gerada através de duas unidades geradoras que terão potência instalada de 25 MW. Sua entrada em operação comercial ocorreu em julho de 2010, com venda de energia através de contrato bilateral a partir de dezembro de 2009.

(f) ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA (DARDANELOS)

A Neoenergia adquiriu no leilão de energia nº 004/06, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) no dia 10 de outubro de 2006, a concessão para construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Dardanelos, com potência de 260 MW, localizada no rio Aripuanã, no estado do Mato Grosso. O Consórcio Aripuanã, formado pela Neoenergia (51%), Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) e ELETRONORTE, é responsável pela construção da UHE Dardanelos. A UHE entrou em operação comercial em agosto de 2011.

(g) TERMOAÇU

A Termoaçu é uma usina termelétrica que tem como acionistas a Neoenergia e a Petrobras. A energia elétrica gerada é destinada a suprir as distribuidoras de energia elétrica do Grupo Neoenergia e o vapor é usado pela Petrobras para injeção contínua nos seus poços de petróleo, aumentando sua produção na região.

Em 18 de abril de 2005 foi firmado um Acordo de Acionistas que ratificou a transferência da gestão operacional do projeto Termoaçu para a Petrobras, motivo pelo qual essa empresa foi consolidada na Neoenergia proporcionalmente ao percentual de participação. O investimento da Neoenergia na Termoaçu continuará sendo avaliado pelo método da equivalência patrimonial.

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 08 de setembro de 2008, em razão de impasse em relação às condições comerciais da Termoaçu, os acionistas decidiram iniciar procedimento arbitral e firmaram um acordo de cooperação, garantindo o início da operação e estabelecendo disposições transitórias até a conclusão do processo. Como parte do acordo de cooperação, foi firmado contrato de locação pela Termoaçu à Petrobras, que deverá explorar, operar e manter as instalações da Usina.

As partes acordaram que a decisão do tribunal arbitral deverá retroagir para abranger no cálculo da condenação o período de vigência do Acordo de Cooperação.

O saldo do investimento líquido é composto como segue:

	Consolidado	
	30/09/12	31/12/11
Investimentos - ações	265.711	262.551
Ágio	31.738	31.738
(-) Provisão p/perda	(100.431)	(100.431)
Investimento líquido	197.018	193.858

A Administração, baseada no plano de negócios do projeto e considerando o atual estágio do processo arbitral, efetuou em 2011 provisão para perda no montante de R\$ 51.245 para cobrir eventuais incertezas, não prevendo perdas adicionais. No evento do resultado do procedimento arbitral ser desfavorável a Companhia, é provável que o valor recuperável do investimento seja reduzido.

(h) NEOENERGIA SERVIÇOS

Em 08 de novembro de 2001, a Neoenergia, em sociedade com a NC Energia S.A. constituiu a Termo NC Ltda., que a partir de 12 de julho de 2007 adotou a razão social de Neoenergia Serviços LTDA. - NEOSERV. A Neoenergia detém em conjunto com a NC Energia 100% do capital total da NEOSERV.

(i) AFLUENTE GERAÇÃO E AFLUENTE TRANSMISSÃO

A Afluente Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. foi constituída em 31 de agosto de 2005, atendendo a segregação de atividades na Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – Coelba no processo de desverticalização do setor elétrico brasileiro, determinado pelo Governo Federal e em atendimento ao contrato de concessão firmado entre a Coelba e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que anui com a versão

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

patrimonial e conseqüentemente transfere a concessão de geração e transmissão de energia elétrica para uma empresa subsidiária.

A controlada comunicou, através de fato relevante, publicado em 16 de janeiro de 2009, que os diretores da Afluente e da Imanisse Participações S.A. ("Imanisse"), ambas controladas pela Neoenergia S.A., celebraram Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Afluente ("Protocolo de Cisão"), tendo por objeto a reestruturação societária da Afluente, mediante a cisão parcial dos ativos e passivos relacionados a atividade de transmissão desta controlada, e a incorporação desta parcela cindida pela Imanisse. Em reunião de Diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, realizada no dia 1º de dezembro de 2009, foi aprovado o Processo de Cisão da Afluente. A cisão parcial da Afluente G foi submetida à deliberação de seus acionistas em 29 de dezembro de 2009 e aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de cada uma destas companhias, com a absorção da parcela cindida de seu patrimônio no montante de R\$ 63.084, em virtude do acervo líquido vertido, pela Afluente T (atual denominação social da Imanisse Participações S.A.).

(j) BELO MONTE PARTICIPAÇÕES

A Neoenergia possui a participação de 100% em Belo Monte Participações, empresa de propósito específico constituída para participar com 10% na Norte Energia S.A., empresa constituída para efetuar a construção da usina hidrelétrica Belo Monte, no Rio Xingu, Estado Pará com a potência instalada de 11.233 MW. Os principais acionistas na Norte Energia são as empresas do Grupo Eletrobrás (49,98%), Petros e Funcef (20%), Cemig e Light (10%) e Vale (9%).

(k) ENERGYWORKS

Em 03 de janeiro de 2011 a Neoenergia firmou contrato com o Grupo Iberdrola, seu acionista, para compra da empresa de cogeração EnergyWorks do Brasil Ltda., que possui seis plantas de geração de energia elétrica e vapor, movidas a gás natural, instaladas em indústrias dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Ceará.

A EnergyWorks tem uma capacidade instalada atual de 93 MW e produção de 405 ton/h de vapor. A empresa foi fundada nos Estados Unidos em 1995 pela Pacific Corporation e iniciou suas operações em 1997, sendo a primeira de cogeração a operar no Brasil com plantas na modalidade de Produtor Independente de Energia & PIE.

A aquisição da EnergyWorks foi efetuada a valor de mercado, pelo montante global de R\$ 162.267, liquidado em dinheiro. O valor contábil da controlada na data da aquisição era de R\$ 133.175. A Companhia contratou consultor externo para proceder a análise de mensuração e alocação do preço de compra, conforme preconiza o CPC 15 (IFRS 3R). O excesso sobre o valor patrimonial da adquirida foi alocado a ativos imobilizados

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

identificáveis nas demonstrações financeiras consolidadas, considerando seus valores de reposição e de mercado. Assim, o valor justo preliminar da adquirida está como segue:

	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	22.687
Contas a receber	6.339
Impostos a recuperar	4.601
Ativo imobilizado	142.341
Ativo intangível	8.308
Outros ativos	791
Fornecedores	1.800
Salários e encargos a pagar	1.204
Imposto de renda e contribuição social	16.548
Outros impostos a pagar	1.231
Outras contas a pagar	2.017
Preço de aquisição	162.267
Valor contábil na data de aquisição	(133.175)
Preço de compra alocado	29.092

A aquisição se coaduna com os objetivos estratégicos da Companhia de investir no segmento de cogeração de energia.

(I) TELES PIRES

O Consórcio Teles Pires Energia Eficiente, formado por Neoenergia (50,1%), Furnas (24,5%), Eletrosul (24,5%) e Odebrecht (0,9%) adquiriu no leilão de energia A-5, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) no dia 17 de dezembro de 2010, a concessão para a construção da Usina Hidrelétrica de Teles Pires e as respectivas instalações de transmissão.

A Usina será construída no rio Teles Pires, entre os municípios de Paranaíta (MT) e Jacareacanga (PA) e terá potência instalada de 1.820 MW. A parcela de energia produzida e negociada no leilão será objeto de contratos de comercialização de energia, com prazo de duração de 30 anos e início de suprimento em 1º de janeiro de 2015.

Em 2011 foi constituída a empresa Teles Pires Participações, controladora direta da Companhia Hidrelétrica Teles Pires, com o intuito de efetuar captação de recursos para a realização do investimento.

(m) FORÇA EÓLICA DO BRASIL

No leilão de energia nº 002/10, realizado em 26 de agosto de 2010, a Neoenergia, em parceria com a Iberdrola Renováveis, conquistou participação de 50% nos contratos de compra e venda de energia de nove parques de geração de energia eólica, nos Estados da Bahia e Rio Grande do Norte, que terão potência instalada de 258 MW.

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Força Eólica do Brasil é detentora das ações da Força Eólica Participações, holding criada para controlar cinco dos dez parques eólicos conquistados, sendo que os demais cinco parques eólicos são controlados diretamente pela Força Eólica do Brasil.

Apresentamos abaixo a movimentação do saldo de investimentos:

	Saldos em 31 de dezembro de 2011	Aumento de capital	Redução de capital	Outros resultados abrangentes	Equivalência patrimonial	Amortização de ágio	Dividendos e JSCP	Saldos em 30 de setembro de 2012
NEOINVEST.	22.944	770	-	-	(1.666)	-	-	22.048
COELBA	2.439.857	-	-	54.641	488.832	(26.665)	(250.610)	2.706.055
CELPE	1.901.093	-	-	12.604	16.076	(26.754)	(52.019)	1.851.000
COSERN	839.140	-	-	10.664	161.236	(11.298)	(111.813)	887.929
ITAPEBI	192.711	-	-	-	60.860	(2.057)	(67.448)	184.066
TERMOPE	462.235	-	-	-	1.540	(3.001)	(29.880)	430.894
AFLUENTE	-	-	-	-	-	-	-	-
BAGUARI I	97.856	-	-	-	9.447	-	(9.694)	97.609
GOIAS SUL	186.075	-	-	-	8.073	-	-	194.148
GERAÇÃO CIII	164.926	-	-	-	12.145	-	(16.055)	161.016
RIO PCH I	94.726	-	-	-	6.595	-	(5.337)	95.984
BAHIA PCH I	97.527	17.870	-	-	12.030	-	(4.854)	122.573
SE NARANDIBA	16.055	5.000	-	-	2.602	-	(47)	23.610
AGUAS DA PEDRA	160.128	-	-	-	21.067	-	44	181.239
TERMOAÇU	193.858	-	-	-	3.160	-	-	197.018
GERAÇÃO CÉU AZUL	4.860	23.209	-	-	(34)	-	-	28.035
NC ENERGIA	15.754	-	(1.886)	-	31.436	-	(13)	45.291
NEOSERV	83	-	(21)	-	38	-	(9)	91
GARTER	40	-	-	-	(1)	-	-	39
AFLUENTE GERAÇÃO	37.202	-	-	-	7.933	-	(4.743)	40.392
AFLUENTE TRANSMISSÃO	71.378	-	-	-	12.490	-	(13.245)	70.623
BELO MONTE PART.	207.419	-	-	-	(1.007)	-	-	206.412
ENERGY WORKS	161.164	-	-	-	9.760	(2.849)	(13.751)	154.324
BAHIA PCH II	878	-	-	-	-	-	-	878
TELES PIRES	190.860	-	-	-	(17.858)	-	-	173.002
FORÇA EÓLICA DO BRASIL	16	210.415	-	-	1.971	-	-	212.402
TOTAL	7.558.785	257.264	(1.907)	77.909	846.725	(72.624)	(579.474)	8.086.678

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. IMOBILIZADO

Por natureza, o valor dos ativos imobilizados da controladora e consolidado está composto da seguinte forma:

Controladora					
30/09/12			31/12/11		
Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Depreciação amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Em serviço					
Edificações, obras civis e benfeitorias	4%	28.345	(2.318)	26.027	26.880
Máquinas e equipamentos	10%	792	(676)	116	163
Veículos	20%	117	(97)	20	31
Móveis e utensílios	10%	409	(320)	89	111
		29.663	(3.411)	26.252	27.185
Em curso					
Terrenos		78		78	78
Máquinas e equipamentos		243		243	-
Outros		5		5	5
		326		326	83
Total		29.989	(3.411)	26.578	27.268

Consolidado					
30/09/12			31/12/11		
Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Depreciação amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Em serviço					
Terrenos	73.025	-	73.025	Reclassificado	65.180
Reservatórios, barragens e adutoras	1.301.606	(105.238)	1.196.368		1.302.188
Edificações, obras civis e benfeitorias	4%	689.911	(168.940)	520.971	517.385
Máquinas e equipamentos	5%	1.980.493	(468.586)	1.511.907	1.489.175
Veículos	20%	2.170	(1.450)	720	1.274
Móveis e utensílios	9%	5.872	(2.510)	3.362	3.116
Outros	23	(23)	-	-	-
	4.053.100	(746.747)	3.306.353		3.378.318
Em curso					
Terrenos	6.090	-	6.090		140
Reservatórios, barragens e adutoras	11.592	-	11.592		108.013
Edificações, obras civis e benfeitorias	412.838	-	412.838		2.010
Máquinas e equipamentos	154.909	-	154.909		55.757
Veículos	519	-	519		-
Móveis e utensílios	1.132	-	1.132		876
Material em depósito	23.129	-	23.129		21.290
Outros	367.219	-	367.219		166.447
	977.428	-	977.428		354.533
Total	5.030.528	(746.747)	4.283.781		3.732.851

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com os artigos nºs 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na subtransmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A ANEEL, através do ofício nº 459/2001 - SFF/ANEEL, de 26/06/2001, autorizou a doação dos direitos emergentes, bens e instalações da concessão em garantia ao cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia e suas controladas no âmbito do financiamento direto, repasse e emissão de debêntures na controlada Itapebi.

A mutação do ativo imobilizado consolidado está demonstrada abaixo:

	Em serviço		Valor Líquido	Em curso		Total
	Custo	Depreciação acumulada		Custo	Valor Líquido	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	3.988.687	(610.369)	3.378.318	354.533	354.533	3.732.851
Adições	38	(4.421)	(4.383)	647.307	647.307	642.924
Baixas	(4.599)	4.088	(511)	-	-	(511)
Amortização	-	(91.340)	(91.340)	-	-	(91.340)
Transferências	68.974	(44.705)	24.269	(24.412)	(24.412)	(143)
Saldos em 30 de setembro de 2012	<u>4.053.100</u>	<u>(746.747)</u>	<u>3.306.353</u>	<u>977.428</u>	<u>977.428</u>	<u>4.283.781</u>

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO)

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 10, de 07 de agosto de 1997 e aditivos posteriores, nº 26, de 30 de março de 2000 e aditivos posteriores, e nº 08, de 31 de dezembro de 1997 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Coelba, Celpe, Cosern, Afluente T, SE Narandiba e Afluente G (Concessionária - Operador), respectivamente, regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica pelas Companhias, onde:

- ▶ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- ▶ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infra-estrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- ▶ Ao final da concessão os ativos vinculados à infra-estrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- ▶ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de energia elétrica das controladas, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores (vide nota explicativa nº 17).

A infra-estrutura recebida ou construída da atividade de distribuição, que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível das controladas é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) está assim apresentada:

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.177.092
Adições	11.288
Baixas	(1.046)
Amortização/reversão	(23.743)
Transferências	1.038.336
Atualização monetária / valor justo	157.742
Saldos em 30 de setembro de 2012	2.359.669
Circulante	33.026
Não circulante	2.326.643

As concessões das controladas não são onerosas, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. INTANGÍVEL

Por natureza, o ativo intangível da controladora e consolidado está constituído da seguinte forma:

		Controladora			
		30/09/2012			31/12/11
		Taxas anuais médias ponderadas de amortização			
	Ref	(%)	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
<u>Em serviço</u>					
Direito de uso de software		20%	431	(232)	199
Outros	(a)		48.457	(3.337)	45.120
			48.888	(3.569)	45.319
<u>Em curso</u>					
Outros	(a)		5.322		5.322
			5.322		5.322
Total			54.210	(3.569)	50.641

- (a) Corresponde gastos com estudos e projetos realizados para participação em concorrências públicas por concessões diversas do segmento de energia, vencidas ou ainda a ocorrer.

		Consolidado				
		30/09/12			31/12/11	
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço						
Direito de uso da concessão	5,28	8.698.621	(2.667.985)	(435.047)	5.595.589	5.815.059
Ágio atribuído a concessão	4,57	2.352	-	-	2.352	2.352
Direito de uso de software	19,61	3.688	(2.170)	-	1.518	2.038
Outros		50.783	(4.583)	-	46.200	47.856
		8.755.444	(2.674.738)	(435.047)	5.645.659	5.867.305
Em curso						
Direito de uso da concessão		1.007.606	-	66.713	1.074.319	1.010.967
Direito de uso de software		343	-	-	343	248
Outros		24.784	-	-	24.784	29.724
		1.032.733	-	66.713	1.099.446	1.040.939
Total		9.788.177	(2.674.738)	(368.334)	6.745.105	6.908.244

A movimentação do ativo intangível consolidado está demonstrada abaixo:

	Em serviço				Em curso			Total
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldos em 31 de dezembro de 2011 (Reclassificado)	8.948.081	(2.515.053)	(565.723)	5.867.305	950.081	90.858	1.040.939	6.908.244
Adições	-	-	-	-	1.434.373	(163.112)	1.271.261	1.271.261
Baixas	(314.566)	237.167	-	(77.399)	(1.544)	-	(1.544)	(78.943)
Amortização	-	(399.898)	74.840	(325.058)	-	-	-	(325.058)
Transferências - intangíveis	938.210	-	(62.838)	875.372	(946.020)	62.838	(883.182)	(7.810)
Transferências - ativos financeiros	(815.270)	-	118.366	(696.904)	(408.044)	66.612	(341.432)	(1.038.336)
Transferências - outros	(1.011)	3.046	308	2.343	3.887	9.517	13.404	15.747
Saldos em 30 de setembro de 2012	8.755.444	(2.674.738)	(435.047)	5.645.659	1.032.733	66.713	1.099.446	6.745.105

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infra-estrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infra-estrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro - ativo indenizável - concessão (Vide nota explicativa nº 16).

A Resolução Normativa ANEEL nº 474 de 07/02/2012 estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infra-estrutura de distribuição e no valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão.

Anteriormente à edição da Resolução ANEEL 474, a vida útil média do conjunto de ativos das controladas era em torno de 22 anos, variando entre 21 e 24 anos. Com a implementação da Resolução ANEEL 474, a vida útil desses ativos passou a se situar entre 25 e 28 anos, com média de 26 anos, o que corresponde ao acréscimo de 4 anos em relação à vida útil econômica média anterior.

Considerando esse aumento da vida útil, houve uma diminuição da amortização e o consequente aumento da parcela residual da infra-estrutura que as controladas esperam receber como indenização ao final do período da concessão. Como consequência, houve uma redistribuição da infra-estrutura que é classificada no ativo intangível e no ativo financeiro, em decorrência da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

As controladas realizaram os cálculos para determinar a nova estimativa de valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão e do montante atribuível ao ativo intangível. Considerando os aspectos econômicos, regulatórios e o melhor entendimento técnico-contábil, essa remensuração da infra-estrutura resultou em uma reclassificação da conta de ativo intangível para o ativo financeiro (Vide Nota 16),

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

(a) Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média de 4,91%, 4,08% e 5,31%, na Coelba, Celpe e Cosern, respectivamente, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica (na Coelba e Cosern, a partir de abril de 2008 e na Celpe, a partir de abril de 2009).

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

(b) Análise do valor de recuperação dos ativos

O Grupo avaliou o valor de recuperação dos seus ativos com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. FORNECEDORES

A Composição do saldo em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
				Reclassificado
Energia elétrica:	-	-	475.121	410.970
Encargos de uso da rede	-	-	73.328	66.797
Materiais e serviços	1.860	2.422	386.196	332.346
Energia livre	-	-	62.838	59.933
Total	<u>1.860</u>	<u>2.422</u>	<u>997.483</u>	<u>870.046</u>
Circulante	1.860	2.422	931.920	808.887
Não circulante	-	-	65.563	61.159

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL através do Despacho nº. 2517/2010, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição, representados pela ABRADDEE, os quais impetraram Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar (Processo nº 437399120104013400/DF), requerendo o reconhecimento da ilegalidade do ato e a anulação do despacho. Em 28 de setembro de 2010 obteve-se o deferimento da antecipação da tutela recursal e em 22 de novembro de 2010 a liminar foi deferida.

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS

Composição da dívida	Taxa Efetiva	Consolidado					
		Encargos		Principal		Total	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	30/09/12	31/12/11 Reclassificado
Moeda nacional							
Banco do Nordeste	10% a.a.	90	-	11.833	1.820	13.743	21.992
		90	-	11.833	1.820	13.743	21.992
BNB	10% a 10,50% a.a. / TJLP +	1.797	-	104.879	357.286	463.962	525.773
(-) Custos de transação	3,21% a.a.	-	-	(1.093)	(2.135)	(3.228)	(4.172)
		1.797	-	103.786	355.151	460.734	521.601
BNB 6	10% a 10,11% a.a.	80	-	26.884	73.932	100.896	121.108
(-) Custos de transação		-	-	(111)	(131)	(242)	(348)
		80	-	26.773	73.801	100.654	120.760
BNDES	4,25% a 4,50% a.a. / TJPL +	12.773	1.226	261.058	445.210	720.267	784.752
	2,12% a 3,12% a.a.	12.773	1.226	261.058	445.210	720.267	784.752
BNDES FINEM	2,12% a 8,06% a.a. / TJLP +	5.093	-	213.579	1.587.565	1.806.237	1.549.963
(-) Custos de transação	3,12% a 4,30% a.a.	-	-	(32)	(22)	(54)	(2.388)
		5.093	-	213.547	1.587.543	1.806.183	1.547.575
Eletrobrás	5% a 5,45% a.a.	936	-	37.011	192.006	229.953	239.797
(-) Custos de transação		-	-	(229)	(907)	(1.136)	(725)
		936	-	36.782	191.099	228.817	239.072
FINEP	TJLP + 2% a 5% a.a. / 5% a	205	-	19.608	87.084	106.897	117.491
(-) Custos de transação	5,27% a.a.	-	-	(223)	(433)	(656)	(809)
		205	-	19.385	86.651	106.241	116.682
Banco do Brasil	12,15% a 15,6% a.a. / CDI +	81.265	48.544	95.384	878.810	1.104.003	1.006.899
(-) Custos de transação	1% a.a. / 99,5% CDI	-	-	(2.639)	(3.116)	(5.755)	(8.317)
Operações com swap		-	-	-	(34.722)	(34.722)	(17.922)
		81.265	48.544	92.745	840.972	1.063.526	980.660
Banco do Brasil	98,5% CDI	13.281	-	-	75.000	88.281	87.141
(-) Custos de transação		-	-	(598)	(171)	(769)	(1.190)
		13.281	-	(598)	74.829	87.512	85.951
BONDS BRL	12,19% a.a. a 12,28% a.a.	19.975	-	-	400.000	419.975	408.224
(-) Custos de transação		-	-	(865)	(2.228)	(3.093)	(3.627)
		19.975	-	(865)	397.772	416.882	404.598
Outros	TR + 1,6% a.a. / TR + 2,1% / 5,5% a.a.	-	-	16	21	37	52
		-	-	16	21	37	52
Total moeda nacional		135.495	49.770	764.462	4.054.869	5.004.596	4.823.695
Moeda estrangeira							
Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW	72,5% CDI / 92% CDI	61	-	1.315	4.876	6.252	6.205
Operações com swap		-	-	7	(541)	(534)	334
		61	-	1.322	4.335	5.718	6.539
Libor + 1,875% a.a 106,75%, 107,25%, 101,61%, 101,72%, 103,27%, 100,40%, 102,87% do CDI		2.053	-	5.606	299.046	306.705	273.156
Títulos Externos		-	-	13.575	(31.022)	(17.447)	9.214
Operações com swap		2.053	-	19.181	268.024	289.258	282.370
BANK OF AMERICA	Libor + 1,65% a.a	185	-	(116)	18.941	19.010	16.456
Operações com swap		-	-	(3.986)	-	(3.986)	(1.731)
		185	-	(4.102)	18.941	15.024	14.725
Banco Tokio	110% CDI	-	-	371	119.155	119.526	-
Operações com swap		-	-	-	1.419	-	-
		-	-	371	120.574	120.945	-
Total moeda estrangeira		2.299	-	16.772	411.874	430.945	303.634
Total		137.794	49.770	781.234	4.466.743	5.435.541	5.127.329

Para alguns empréstimos foram dadas garantias de receita própria, notas promissórias, imóveis administrativos, fiança bancária ou aplicações financeiras vinculadas (contas reservas), cessão condicional de contratos, penhor dos direitos relacionados à concessão, manutenção de conta reserva e aval da Neoenergia S.A..

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Captações de recursos no exercício:

Coelba

Eletrobrás – Em 10/01/2012 a Companhia assinou o Contrato de Financiamento nº ECFS – 324/2011 (7ª Tranche) para financiar parte dos investimentos realizados no âmbito do Programa Luz Para Todos, através da Reserva Global de Reversão – RGR. Neste ano foi liberado o montante de R\$ 30.514.

Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP – A Controlada recebeu o montante de R\$ 3.516 no 3º trimestre de 2012 para financiar o Projeto de Inovação, provenientes do Contrato de Financiamento assinado em outubro de 2009.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – A Controlada recebeu no segundo e terceiro trimestres de 2012 os montantes de R\$ 70.000 e R\$ 175.000, respectivamente, para financiamento dos investimentos realizados em 2012, provenientes do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Limite de Crédito Rotativo nº 08.2.1089.1, assinado em março de 2009 e aditado em outubro de 2010, março, maio, novembro de 2011 e agosto de 2012.

Celpe

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES: A Controlada recebeu no ano o volume de R\$ 113.610 do BNDES para financiar parte dos investimentos realizados em 2012, provenientes do contrato de financiamento Nº 08.2.1089.1 assinado em março de 2009 e aditado em março e agosto de 2010, março de 2011 e agosto de 2012.

Cosern

IngressoS de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES nos montantes de R\$ 40.978, no 2º e 3 trimestres, respectivamente, para financiamento dos investimentos realizados em 2012, provenientes do contrato de financiamento mediante abertura de limite de crédito rotativo, assinado em março de 2009 e aditado em março de 2011 e agosto de 2012.

Termope

Em 21 de maio de 2012, a controlada realizou captação de recursos no montante de R\$ 120.000, para pré-pagamento de sua dívida com o BNDES e cobertura de caixa. A captação foi realizada em moeda estrangeira junto ao Banco Tokyo-Mitsubishi, com swap para taxa de 110% do CDI, prazo de 5 anos, pagamento de principal ao final do contrato, pagamentos de juros trimestrais. A operação tem garantia da Neoenergia prestada na forma de fiança e aval.

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cia. Telespíres

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no montante de R\$ 450.000 este para financiar parte dos investimentos na UHE Teles Pires, provenientes do Contrato de Financiamento empréstimo ponte Nº 11.2.1225.1 assinado em 14 dezembro de 2011 e aditado em 13 junho de 2012, sendo esta amortização bullet.

b) Condições restritivas financeiras (covenants):

Os contratos mantidos com o BNDES/FINEM e os títulos externos contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos.

Na demonstração contábil intermediária de 30 de setembro de 2012 e na demonstração contábil de 31 de dezembro de 2011, as controladas atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

c) Vencimento das parcelas de longo prazo:

	Consolidado					
	30/09/12			31/12/11		
	Dívida	Custos Transação	Total Líquido	Dívida	Custos Transação	Total Líquido
2013	151.901	(1.354)	150.547	430.946	27.935	458.881
2014	1.199.260	(4.172)	1.195.088	1.094.495	29.345	1.123.840
2015	986.737	(2.184)	984.553	876.467	31.513	907.980
2016	853.487	(827)	852.660	731.478	33.094	764.572
2017	482.169	(316)	481.853	239.197	37.348	276.545
Após 2017	852.103	(291)	851.812	483.085	300.347	783.432
Total	4.525.657	(9.144)	4.516.513	3.855.668	459.582	4.315.250

d) Mutação dos empréstimos e financiamentos:

	Consolidado				
	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo circulante	Não circulante	Passivo circulante	Não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	780.955	4.042.740	31.124	272.510	5.127.329
Ingressos	82.609	476.908	-	120.000	679.517
Encargos	263.254	44.313	6.728	1.270	315.565
Variação monetária e cambial	-	-	512	23.818	24.330
Swap	-	(9.092)	4.776	(14.393)	(18.709)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	95	(4.862)	6.987	2.220
Transferências	415.756	(422.777)	(2.577)	2.577	(7.021)
Amortizações e pagamentos de juros	(648.690)	(28.202)	(16.630)	(895)	(694.417)
(-) Custos de transação	6.073	654	-	-	6.727
Saldos em 30 de setembro de 2012	899.957	4.104.639	19.071	411.874	5.435.541

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. DEBÊNTURES E ENCARGOS

Para as debêntures foram dadas garantias de receita própria e aval do acionista controlador.

Empresa	Debêntures	Série	Quantidade de títulos emitidos	Remuneração	Taxa efetiva	Swap	Consolidado				
							30/09/12				31/12/11
							Encargos	Principal			
							Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Total
COELBA	3ª Emissão	Única	3.000	V.C. + 10,8% a.a.	10,80%	IGPM+13,95% a.a.	225	6.465	5.361	12.051	17.470
	(-) Custos de transação						-	-	-	-	-
	Operações com swap						-	15.673	13.802	29.475	40.398
							225	22.138	19.163	41.526	57.868
	6ª Emissão	Única	35.392	CDI + 0,6% a.a.	11,52%		5.379	78.641	117.997	202.017	238.116
	(-) Custos de transação						-	(268)	(141)	(409)	(705)
	Operações com swap						-	-	-	-	-
							5.379	78.373	117.856	201.608	237.411
	7ª Emissão	Única	80	106,70% CDI	12,90%	Não aplicável.	1.830	80.000	-	81.830	80.280
	(-) Custos de transação						-	(26)	-	(26)	(95)
	Operações com swap						-	-	-	-	-
							1.830	79.974	-	81.804	80.185
CELPE	2ª Emissão	1ª	-	108,5% do CDI	15,27% a.a.	Não aplicável	1.307	97.959	-	99.266	199.690
	(-) Custos de transação						-	(280)	-	(280)	(808)
	Operações com swap						-	-	-	-	-
							1.307	97.679	-	98.986	198.882
	3ª Emissão	Única	-	105% do CDI	13,67% a.a.	Não aplicável	-	-	-	-	83.289
	(-) Custos de transação						-	-	-	-	(76)
	Operações com swap						-	-	-	-	-
							-	-	-	-	83.213
	4ª Emissão	Única	-	111,3% do CDI	14,65%	Não aplicável	13.842	7	352.201	366.050	360.352
	(-) Custos de transação						-	(312)	(778)	(1.090)	(1.324)
	Operações com swap						-	-	-	-	-
							13.842	(305)	351.423	364.960	359.028
COSERN	4ª Emissão	Única	16.360	CDI + 0,6% a.a.		Não aplicável	2.444	35.738	53.620	91.802	108.210
	(-) Custos de transação						-	(200)	(104)	(304)	(529)
	Operações com swap						-	-	-	-	-
							2.444	35.538	53.516	91.498	107.681
TERMOPE	2ª emissão	1ª	-	105% CDI a.a.		Não aplicável	1.032	105.000	139.000	245.032	318.177
	(-) Custos de transação						-	(392)	(524)	(916)	(1.176)
	Operações com swap						-	-	-	-	-
							1.032	104.608	138.476	244.116	317.001
ITAPEBI	3ª Emissão	3a.		111% CDI a.a.			7.358	10	187.756	195.124	192.097
	(-) Custos de transação						-	(159)	(399)	(558)	(677)
	Operações com swap						-	-	-	-	-
							7.358	(149)	187.357	194.566	191.420
TELES PIRES	1ª Emissão			CDI + 0,7% a.a.		Não aplicável	-	-	668.471	668.471	-
	(-) Custos de transação						-	-	3.217	3.217	-
	Operações com swap						-	-	-	-	-
							-	-	671.688	671.688	-
Total							33.417	417.856	1.539.479	1.990.752	1.632.689

a) Captações de recursos no exercício:

Telespires Participação

1ª Emissão de debêntures privada com único Debenturista FI-FGTS – montante de R\$ 650.000 para financiamento parte dos investimentos na UHE Teles Pires, proveniente do instrumento particular da primeira emissão privada de debêntures simples, assinado em maio de 2012, com prazo de 20 anos, a ser amortizado em 34 parcelas semestrais a partir de novembro de 2015, com custo de 100% do CDI acrescida de spread de 0,7% a.a. e juros pagos semestralmente a partir de novembro de 2015. Foram dadas como garantia, a garantia fidejussória da fiadora Neoenergia e como garantia real a conta reserva a ser mantida pela emissora.

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Condições restritivas financeiras (covenants):

As escrituras de emissões das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue: Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado financeiro maior ou igual a 2.

Na demonstração contábil intermediária de 30 de setembro de 2012 e na demonstração contábil de 31 de dezembro de 2011, as controladas atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

c) Vencimento das parcelas de longo prazo:

	Consolidado					
	30/09/12			31/12/11		
	Debêntures	Custos Transação	Total Líquido	Debêntures	Custos Transação	Total Líquido
2013	93.131	(301)	92.830	417.426	(1.413)	416.013
2014	236.649	(1.054)	235.595	243.218	(1.014)	242.204
2015	229.684	(374)	229.310	216.648	(365)	216.283
2016	272.184	(188)	271.996	216.648	(241)	216.407
2017	162.106	(29)	162.077	108.324	(67)	108.257
Após 2017	547.671	-	547.671	-	-	-
Total	1.541.425	(1.946)	1.539.479	1.202.264	(3.100)	1.199.164

d) Mutação das debêntures:

	Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	433.525	1.199.164	1.632.689
Ingressos	-	650.000	650.000
Encargos	104.907	21.688	126.595
Variação monetária e cambial	430	68	498
Swap	2.485	2.712	5.197
Efeito cumulativo marcação a mercado	(274)	(8)	(282)
Transferências	335.281	(335.281)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(427.728)	-	(427.728)
(-) Custos de transação	2.647	1.136	3.783
Saldos em 30 de setembro de 2012	451.273	1.539.479	1.990.752

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

	Consolidado	
	30/09/12	31/12/11
Salários	12.422	11.496
Encargos sociais	10.676	7.440
Provisões férias e 13º salário	43.964	26.091
Encargos sobre provisões de férias e 13º salário	9.187	8.549
Provisão PLR	22.492	10.873
Outros	1.240	990
Total	99.981	65.439

22. TAXAS REGULAMENTARES

As obrigações a recolher derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são as seguintes:

	Ref.	Consolidado	
		30/09/12	31/12/11
Reserva Global de Reversão – RGR		35.327	22.020
Conta de Consumo de Combustível – CCC		22.592	38.123
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		6.253	5.640
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		4.266	4.189
Empresa de Pesquisa Energética - EPE		1.457	1.304
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(a)	79.317	80.132
Programa de Eficientização Energética - PEE	(a)	27.036	21.073
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE		1.650	1.682
Compensação Financeira pela utilização de Recursos Hídricos - CFURH		861	2.798
Encargo do Serviço do Sistema - ESS		4.695	7.723
Encargo do Consumidor - Tesouro Nacional		3.707	2.448
Total		187.161	187.132
Passivo circulante		117.526	109.130
Passivo não circulante		69.635	78.002

- (a) A Coelba, Celpe e Cosern reconheceram os passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), líquidos dos valores aplicados mas ainda não aplicados nos Programas de Eficientização Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL n.ºs. 300/2008 e 316/2008. Os valores desembolsados referentes aos projetos que já foram iniciados estão registrados na conta contábil Serviços em curso no ativo circulante e são liquidados quando da finalização de cada projeto.

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
Circulante				
Imposto de Renda - IR	4.577	11.235	99.293	22.909
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido- CSLL	350	-	102.077	8.701
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	1	1	173.593	188.616
Programa de Integração Social - PIS	158	1.055	14.321	15.880
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.237	4.861	65.819	72.037
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	598	100	15.218	12.506
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	1	9	2.325	2.510
IOF	124	121	132	121
Imposto sobre Serviços - ISS	7	10	7.773	7.432
Parcelamento de Tributos	13	30	16	871
Outros	-	-	11.987	11.058
	<u>7.066</u>	<u>17.422</u>	<u>492.554</u>	<u>342.641</u>
Não-Circulante				
Imposto de Renda - IR	-	-	5.621	7.275
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	-	-	3.362	2.361
Programa de Integração Social - PIS	-	-	306	292
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	-	429	415
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	-	-	-	115
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.718</u>	<u>10.458</u>
Total	<u>7.066</u>	<u>17.422</u>	<u>502.272</u>	<u>353.099</u>

Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) correspondem, principalmente, aos montantes recolhidos e a recolher quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e serão compensados com os saldos de impostos e contribuições a compensar quando da entrega da declaração anual do imposto de renda (vide nota explicativa nº 10).

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Em reuniões do Conselho de Administração e Ata da Assembleia Geral Ordinária, foram aprovadas as declarações de juros sobre capital próprio e dividendos, referentes ao período até 30 de setembro de 2012, da seguinte forma:

<u>Deliberação</u>	<u>Provento</u>	<u>Valor deliberado</u>	<u>Valor por ação</u> <u>ON</u>
<u>2012</u>			
RCA de março de 2012	JSCP	78.985	0,013500242
AGO de 24 de abril de 2012	Dividendos	194.023	0,033162719
RCA de 29 de junho de 2012	JSCP	56.893	0,009724242
RCA de 31 de agosto de 2012	Dividendos	249.600	0,042662027
RCA de 28 de setembro de 2012	JSCP	45.781	0,007825037
		<u>625.282</u>	

A formação dos saldos é como segue:

	<u>Controladora</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	133.910
Dividendos e juros sobre o capital próprio:	
Declarados	625.282
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(13.894)
Pagos no período	<u>(703.018)</u>
Saldos em 30 de setembro de 2012	<u>42.280</u>

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. PROVISÕES

As provisões constituídas para contingências passivas estão compostas como segue:

	Contingências				
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	119.533	85.050	101.737	12.197	318.517
Constituição	32.342	30.983	745	77	64.147
Baixas/reversão	(31.531)	(36.044)	(68)	(360)	(68.003)
Remuneração	15.784	9.210	3.653	150	28.797
Saldos em 30 de setembro de 2012	136.128	89.199	106.067	12.064	343.458

A Administração da Companhia e suas controladas consubstanciadas na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por ex-empregados contra as controladas, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Contingência trabalhista	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
					30/09/12	31/12/11
Ex-empregados da companhia		59.211	1ª, 2ª e 3ª	Provável	59.211	48.096
		233.251	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		164.551	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Ex-empregados de empreiteiras		62.443	1ª, 2ª e 3ª	Provável	62.443	57.606
		226.198	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		69.727	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empregados		14.474	1ª, 2ª e 3ª	Provável	14.474	13.831
		45.928	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		20.904	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		896.687			136.128	119.533

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR) índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais.

Contingência cível	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
					30/09/12	31/12/11
Clientes – tarifas plano cruzado	(a)	16.770	1ª, 2ª e 3ª	Provável	16.770	17.638
		2.702	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		5.637	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Indenização por perdas	(b)	38.312	1ª, 2ª e 3ª	Provável	38.312	38.325
		799.963	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		24.441	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Acidente terceiros/trabalho	(c)	8.740	1ª, 2ª e 3ª	Provável	8.740	10.176
		70.249	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		4.265	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Comerc. energia e produtos	(d)	4.790	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4.790	3.402
		63.382	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		16.545	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Irregularidade de consumo		8.230	1ª, 2ª e 3ª	Provável	8.230	6.910
		85.366	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		5.355	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empréstimo compulsório		16	1ª, 2ª e 3ª	Provável	16	14
		6.419	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		88	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Iluminação pública		5.026	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.447	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Negativação SPC e Serasa		1.757	1ª, 2ª e 3ª	Provável	1.757	1.107
		5.811	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		528	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Societário ações		705	1ª, 2ª e 3ª	Provável	705	2.382
		73	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Racionamento de energia elétrica		953	1ª, 2ª e 3ª	Provável	953	16
		28.453	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		6	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Outras	(e)	8.926	1ª, 2ª e 3ª	Provável	8.926	5.080
		448.129	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		97.831	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		<u>1.760.915</u>			<u>89.199</u>	<u>85.050</u>

Nas controladas, os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m.

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) *Clientes - Plano Cruzado* - Ações movidas por alguns consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº 38 e 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteando a restituição de valores envolvidos.

(b) *Indenização por perdas* - Referem-se a diversas ações indenizatórias movidas por pessoas físicas e jurídicas em função das atividades das Concessionárias. As ações envolvem pedidos de ressarcimento de danos morais e materiais em virtude de suspensão de fornecimento de energia e queima de equipamentos, bem como pedido de ressarcimento por descumprimento contratual.

(c) *Acidente terceiros/trabalho* - Referem-se a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas, nas quais a Companhia e suas controladas são ré, envolvendo danos morais e/ou danos materiais.

(d) *Comercialização de energia, serviços e produtos* - Referem-se a diversas ações cíveis e comerciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais as controladas são ré, envolvendo repetição de indébito, revisão de débito de consumo medido e não medido (irregularidade de consumo), cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida com pedido de tutela antecipada, execução de título judicial, declaratória de inexistência de débito.

(e) *Outras* - Diversas ações movidas por pessoas físicas e jurídicas envolvendo repetição de indébito, revisão de débito de consumo medido e não medido (irregularidade de consumo), cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida, litígios com agentes arrecadadores de contas de energia elétrica, bem como demanda relativa à multa contratual com fornecedores de energia elétrica e serviços e outros.

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contingência fiscal	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
					30/09/12	31/12/11
ICMS	(a)	1.001	1ª, 2ª e 3ª	Provável	1.001	895
		466.688	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
ISS	(b)	2.535	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.535	2.432
		49.994	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		18.108	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CPMF	(c)	3.015	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		4.801	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CSLL	(d)	184	1ª, 2ª e 3ª	Provável	184	184
		69.113	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		9.127	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
TLF/IPTU	(e)	4	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4	3
		3.103	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.661	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
REFIS	(f)	17.995	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
PIS/COFINS	(g)	88.628	1ª, 2ª e 3ª	Provável	88.628	85.778
		86.234	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
COFINS	(h)	444	1ª, 2ª e 3ª	Provável	444	433
		28.700	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		18.914	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
IRPJ	(i)	490	1ª, 2ª e 3ª	Provável	490	490
		1.013.324	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		268.223	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
INSS	(j)	9.098	1ª, 2ª e 3ª	Provável	9.098	8.614
		988	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		37	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
ITD S/DOAÇÕES RECEBIDAS	(k)	2.347	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		275	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CIDE	(l)	5.047	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		455	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Taxas Diversas	(m)	7.188	Administrativa	Possível	-	-
		4.328	Administrativa	Remota	-	-
Incentivo Fiscal SUDENE	(n)	4.777	Judicial	Possível	-	-
Outras	(o)	3.683	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.683	2.908
		52.418	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		3.671	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		<u>2.246.599</u>			<u>106.067</u>	<u>101.737</u>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) *ICMS* - Na Cosern referem-se a diversas ações movidas pelos municípios do Rio Grande do Norte objetivando a nulidade da remissão do ICMS para a Cosern antes da privatização da empresa, compreendendo o período de março de 1989 a junho de 1996, aonde os consultores legais entendem que a maior parte dos valores cobrados já se encontram prescritos e que a responsabilidade por indenizar os municípios seria do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. É possível alguma condenação para a controlada, em virtude do não recolhimento do ICMS no período supracitado, desde que o crédito não esteja atingido pela decadência ou prescrição. Entretanto, os valores ainda não são passíveis de estimativa considerando a fase atual dos processos.

Na Celpe refere-se à (i) autos de infração contra a Companhia decorrente da utilização do ICMS do Ativo Fixo nas aquisições de compras com entrega futura. A Celpe reconheceu o crédito e impugnou o auto de infração; (ii) auto de infração contra a Companhia em 06/2010 no montante de R\$ 34.451 decorrente de ICMS diferido nas aquisições de energia elétrica fora do Estado. A Celpe não reconheceu o débito e impugnou o auto de infração; (iii) autuação que ensejou a discussão sobre o valor do desconto, mediante o limite da legislação em vigor permitido e, autuação sobre isenções; e (iv). auto de infração contra a Celpe em 09/2011 no montante de R\$ 213.546 mil decorrente de isenção aos clientes Rurais e Poder Público. A Companhia reconheceu parcialmente a procedência do auto e recolheu o valor que entende ser devido. A diferença remanescente de 185.393 foi objeto de impugnação administrativa.

Na Coelba, refere-se à (i) Autos de Infração lavrados pela Secretaria Estadual da Fazenda questionando o aproveitamento de créditos do ICMS decorrentes da aquisição de bens utilizados na atividade da Companhia, à luz do que dispõe o Regulamento do ICMS/BA. A Companhia não concorda com a autuação imposta pelo Fisco estadual por entender que a utilização dos referidos créditos está em sintonia com as disposições contidas na Lei Complementar 87/96. Para tanto, a Companhia tem utilizado os meios de defesa necessários para anular o lançamento de ofício; (ii) Auto de Infração que realizou a glosa do crédito do ICMS aproveitado em decorrência da aquisição de bens de informática e móveis destinados ao ativo permanente. A Companhia entende que o crédito é legítimo, por isso, mantém impugnação na esfera administrativa; (iii) Auto de Infração lavrado contra a Companhia questionando a concessão da redução da base de cálculo do ICMS aos consumidores tipificados no artigo 80, incisos I, II e III do RICMS/BA. A Companhia interpôs impugnação administrativa ao lançamento de ofício, argumentando que a definição das classes de consumo dos consumidores segue as determinações da legislação regulatória e que tais procedimentos já foram ratificados pela própria SEFAZ/BA, mediante soluções de consulta acerca do objeto da autuação; e (iv) Autos de Infração lavrados pela SEFAZ/BA arguindo supostas divergências entre o imposto declarado no arquivo do Convênio CONFAZ nº115/03 e o valor recolhido informado no demonstrativo de apuração do ICMS. A Companhia protocolou defesa administrativa argumentando a inexistência de recolhimento a menor e apontando que as causas da divergência residem no próprio layout do programa gerador do Convênio 115/03, que não captura todas as operações realizadas pela Companhia. Nos autos da impugnação

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

administrativa foram juntadas todas as comprovações que afastam quaisquer dúvidas quanto à integridade dos recolhimentos do ICMS realizados pela Companhia.

(b) *ISS* – Na Coelba refere-se a autos de infração lavrados por diversos municípios questionando o não recolhimento do ISS próprio e substituição tributária. A Coelba entende que as autuações não procedem, por isso, apresentou impugnação administrativa para anular os efeitos dos autos de infração. Apesar disso, a Companhia optou constituir provisão contábil para os casos carentes de jurisprudências convergentes à tese articulada na defesa. Na Celpe, refere-se à discussão sobre a não-exigibilidade de créditos relativos a autos de infração lavrados pela Prefeitura do Recife e algumas prefeituras de cidades do interior do Estado, exigindo ISS sobre serviços taxados e serviços prestados por terceiros. Na Cosern, refere-se a autos de infração lavrados pela Prefeitura de Natal e algumas prefeituras de cidades do interior do Estado, exigindo ISS sobre serviço prestado por terceiros.

(c) *CPMF* – Na Coelba, refere-se a auto de infração cobrando a CPMF sobre os pagamentos de tributos com vencimentos no período de setembro de 1998 a agosto de 2002, realizados através do SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal). A Coelba procedeu à impugnação do auto de infração, juntando os extratos bancários que comprovam a incidência da CPMF sobre os pagamentos realizados. Entretanto o processo administrativo foi julgado procedente em primeira instância. A Coelba impetrou recurso para o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, em junho de 2007, e o processo encontra-se pendente de julgamento.

(d) *CSLL* – Na Coelba, refere-se ao Auto de infração lavrado pela Receita Federal questionando a exclusão da depreciação calculada sobre a correção monetária complementar (IPC/BTNF), na base de cálculo da CSLL. A Coelba interpôs impugnação administrativa defendendo a correção do procedimento adotado. Neste particular, as decisões judiciais proferidas tem sido favoráveis as contribuintes.

(e) *IPTU* – Na Coelba refere-se a demandas em esfera administrativa envolvendo cobrança de IPTU nos municípios de Salvador e Itabuna.

(f) *REFIS* – Refere-se à divergência no valor consolidado dos débitos declarados no parcelamento alternativo REFIS integralmente quitado em 03/05. No entanto, a Receita Federal alega que há saldo devedor em desfavor da Coelba. Objetivando evitar embaraços à suas atividades operacionais pelo cerceamento da concessão de certidões negativas, a Coelba utilizou os instrumentos judiciais cabíveis para suspender a exigibilidade do crédito tributário

(g) *PIS/COFINS* – Coelba - correspondem a (i) Auto de Infração lavrado pela Receita Federal, arguindo ausência de recolhimento das contribuições para o PIS e COFINS sobre as receitas financeiras. A Coelba apresentou impugnação administrativa à referida cobrança e aguarda manifestação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais –

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CARF. Ressalte-se que a incidência do PIS e da COFINS sobre receitas financeiras instituídas pela Lei 9718/98, foi objeto de declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal; (ii) Indeferimento pela Receita Federal de pedidos de compensação de débitos fiscais com créditos de PIS e COFINS. A Companhia impetrou impugnação restabelecendo a suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

(h) *COFINS* – Refere-se ao processo judicial onde a Cosern busca a compensação tributária do crédito de COFINS relativo a pagamento superior ao efetivamente devido em dezembro de 2008. Na Coelba, refere-se ao Auto de Infração lavrado em agosto de 2003 questionando o pagamento dos débitos de COFINS, referente aos meses de novembro e dezembro de 1998 e janeiro a fevereiro de 1999. Esses valores foram compensados com crédito de IRRF, pleiteado através do processo 10580.007.291/98-41, porém não foi observado o rito formal de compensação que é a utilização da Declaração de Compensação. Não obstante a Coelba protocolou defesa judicial sob o argumento de que a forma não deve prevalecer sobre a essência, ou seja, o mero descumprimento de formalidades acessórias não deve prejudicar créditos fiscais legítimos (princípio da essência sobre a forma). Processo aguardando julgamento do mérito. Na Celpe, os procedimentos resultantes de autuação fiscal, pela Secretaria da Receita Federal, envolvendo a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, ainda estão em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais.

(i) *IRPJ* - Autos de infração contra a Celpe sobre lucro inflacionário acumulado, realizado em valor inferior ao limite mínimo obrigatório, compensação e antecipação, todos ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais. Na Coelba, refere-se a auto de infração do ano-calendário 2003, motivado pela falta de retenção do IRRF incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio. A Coelba interpôs impugnação administrativa sob o argumento que o procedimento adotado está lastreado nas disposições contidas no Parecer Normativo COSIT n. 01/2002. Autos de infração na Coelba, Celpe, Cosern, Itapebi e Termopernambuco, decorrentes da falta de retenção do IRRF incidente sobre os juros sobre capital distribuído para a Neoenergia. As controladas entendem ser indevida a sanção imposta pelo Fisco Federal, por entender que seu procedimento está lastreado nas disposições contidas no Parecer Normativo n.º 01/2002. Adicionalmente, nas controladas Coelba, Celpe, Cosern, Itapebi e Termopernambuco houve autos de infração decorrentes da não adição da despesa de ágio contabilizado no período de 2006 a 2010 nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL. As controladas apresentaram impugnação, pois entendem que esse ágio, por ser derivado da expectativa de rentabilidade futura, é dedutível na apuração desses tributos.

(j) *INSS* - Autos de infração em relação às contribuições sociais não recolhidas pelos prestadores de serviços. Na Coelba, referem-se notificações fiscais de lançamento de débito – NFLD lavradas pelo INSS decorrentes do instituto da solidariedade fiscal na contratação de serviços. A Coelba apresentou impugnação argumentando que a imputação do débito ao contratante somente deve ocorrer após constatado a inadimplência do devedor principal. No entanto, foi constituída provisão contábil referente

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

aos casos em que a Coelba não dispõe das guias que comprovam o recolhimento das obrigações pelos prestadores dos serviços

(k) *ITD* - Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – Autos de infração lavrados pela SEFAZ/BA contra a Coelba cobrando o recolhimento do ITD sobre a transferência de ativos de particulares para a concessão. A Coelba protocolou impugnação administrativa juntando manifestação do Superior Tribunal de Justiça contrária à incidência do referido imposto sobre essas operações

(l) *CIDE* - Autos de infração lavrados pela Receita Federal arguindo ausência de recolhimento da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE. A Coelba apresentou impugnação administrativa argumentando a inexistência de base legal na época em que ocorreram os fatos geradores. Processo encontra-se em curso no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF.

(m) *Taxas diversas* – Refere-se a notificações fiscais envolvendo taxa de licença para ocupação de áreas em vias e logradouros públicos e processos judiciais contra a cobrança da taxa de iluminação pública.

(n) *Incentivo Fiscal Sudene* – Coelba - corresponde à cobrança pela Receita Federal da multa de ofício exigida no processo de Representação Fiscal decorrente da falta de exclusão da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido no cálculo do lucro da exploração.

(o) *Outras* – Diversos processos fiscais tais como, questionamento de consumidor contra a cobrança de tributos em conta de energia, honorários advocatícios de processos fiscais, etc. Inclui ainda procedimento resultante de autuação fiscal contra a Celpe, pela Secretaria da Receita Federal, envolvendo a CSLL e outros tributos, ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais e na Cosern referem-se a demandas em esfera administrativa ou judicial que envolvem matérias não enquadradas nas hipóteses anteriores, ou que digam respeito a mais de uma exação fiscal.

Ambiental

Contingência ambiental	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
					30/09/12	31/12/11
Licença ambiental		12.064	1ª, 2ª e 3ª	Provável	12.064	12.197
		18.009	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		2	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		30.075			12.064	12.197

A Itapebi firmou, em 21 de novembro de 2002, acordo com o autor da ação popular, impetrada em setembro de 2002, e com o IBAMA, visando definir a compensação adicional de impactos sócio-ambientais decorrentes da implantação da UHE Itapebi. As deliberações contidas no acordo compreendem, dentre outras: elaboração de estudos,

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

regularização fundiária das unidades, elaboração de plano de manejo e proteção. Esse acordo foi valorizado em R\$ 8.042 e provisionado no balanço de 31 de dezembro de 2002.

Como condicionante da licença de operação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA, a ITAPEBI desenvolveu novos projetos definindo medidas ambientais compensatórias da exploração do potencial hidrelétrico relacionadas à aquisição de terras, assessoria ambiental, assessoria jurídica, administração do meio ambiente, incluindo consolidação, monitoramento e proteção ambiental. O custo orçado destes projetos foi estimado em R\$ 12.868 e encontra-se registrado contabilmente.

26. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Ref	Consolidado	
	30/09/12	31/12/11
Consumidores	(a) 58.635	67.506
Empregados - adiantamento acordo coletivo	22	45
Plano de saúde (fundo de reserva)	(b) 9.748	13.146
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP	6.100	6.548
Empréstimos compulsórios - ELETROBRÁS	293	293
Convênios	2.752	169
Caução em garantia	(c) 96.777	63.050
FGTS conta empresa	336	336
Encargos CBEE	1.829	1.868
Taxa iluminação pública - TIP	(d) 8.847	8.466
Adiantamentos recebidos	(e) 60.132	45.759
Devolução recursos - ELETROBRÁS	(f) -	70.189
Outras	13.253	15.777
Total	258.724	293.152
Circulante	200.197	256.090
Não circulante	58.527	37.062

(a) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.

(b) Fundo de Reserva constituído por contribuições sob a forma de pré-pagamento para o Plano de Saúde Bradesco da controlada Coelba, por parte da controlada e participantes (empregados ativos, empregados da FAELBA e assistidos - empregados inativos, aposentados e pensionistas), para atender as despesas futuras com a assistência médica (ambulatorial e hospitalar) e odontológica, de seus participantes (titulares e dependentes). O saldo é atualizado mensalmente pela variação de 100% do CDI.

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (c) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.
- (d) Taxa Iluminação Pública - TIP - Corresponde a valores arrecadados a serem repassados as Prefeituras.
- (e) Adiantamentos recebidos – Referem-se principalmente a adiantamentos para execução de serviços técnicos como deslocamento de postes, de rede de distribuição e de linha de transmissão.
- (f) Conforme estabelecido no Manual de Operacionalização Financeira do Programa Luz para Todos, o resultado do processo de encerramento do crédito do Contrato ECFS-239/2008 e aditivo, aprovado pela Eletrobrás, MME e Coelba, resultou em saldo a ser devolvido, a título de restituição de adiantamentos de recursos de RGR e CDE. Os recursos a serem devolvidos estão atualizados pela taxa SELIC desde a data de aprovação do processo de encerramento do crédito até o dia do efetivo pagamento.

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, subscrito e integralizado é de R\$ 4.739.025.

A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Lote de mil ações	
	Ações Ordinárias	
	Única	%
Iberdrola Energia S A	2.281.748	39,00%
Previ-Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Brasil	1.301.396	22,24%
BB - Banco de Investimentos S A	701.327	11,99%
Fundo Mútuo Inv. em ações Cart. Liv - BB Carteira Livre I	1.566.165	26,77%
Total	5.850.636	100,00%
Acionistas	R\$ Mil	
	Ações Ordinárias	
	Única	%
Iberdrola Energia S A	1.848.220	39,00%
Previ-Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Brasil	1.054.133	22,24%
BB - Banco de Investimentos S A	568.076	11,99%
Fundo Mútuo Inv. em ações Cart. Liv - BB Carteira Livre I	1.268.596	26,77%
Total	4.739.025	100,00%

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reserva de lucro

Reserva de incentivo fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC nº 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado dos nove meses, e posteriormente será transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

Por conta disso, as controladas Coelba, Cosern, Celpe, Itapebi e Termopernambuco formalizaram pleito à SUDENE e obtiveram o deferimento da redução do imposto de renda e adicionais, conforme a seguir:

<u>Empresa</u>	<u>Laudo constitutivo nº</u>	<u>Redução</u>
COELBA	0144/2005	75%
COELBA	0039/2002	25%
CELPE	0157/2010	75%
CELPE	0039/2002	25%
COSERN	0183/2010	75%
COSERN	0038/2002	25%
ITAPEBI	0307/2003	75%
TERMOPE	0118/2005	75%
TERMOPE	0119/2005	75%

A Coelba, Celpe, Cosern, Itapebi e Termopernambuco apuraram, respectivamente, nos nove meses findos em 30 de setembro de 2012, os valores de R\$ 119.391, R\$ 0, R\$ 39.598, R\$ 31.583 e R\$ 0 (R\$ 112.001, R\$ 32.765, R\$ 18.877, R\$ 16.398 e R\$ 13.030 em 30 de setembro de 2011, respectivamente) de incentivo fiscal SUDENE, calculados com base no lucro da exploração. Em atendimento aos requerimentos da Lei nº 11.638/07 o efeito do benefício fiscal passou a ser contabilizado no resultado do exercício das controladas. As controladas excluem esse efeito para fins e cálculo dos dividendos, conforme permitido para Lei nº 11.638/07.

Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reserva de retenção de lucros

A Lei das S.A. permite às sociedades reterem parcela do lucro líquido do exercício, prevista em orçamento de capital, previamente aprovado pela Assembleia Geral.

Em 30 de setembro de 2012, a Neoenergia mantém em seu patrimônio líquido reserva de retenção de lucros, no montante de R\$ 5.551.907 (R\$ 5.551.907 em 31 de dezembro de 2011) a qual foi constituída de acordo com o artigo nº 196 da Lei das S.A., visando a realização de investimentos futuros.

Outros Resultados Abrangentes

No patrimônio líquido, a demonstração dos outros resultados abrangentes, em atendimento ao CPC 26 (IAS1), inclui os ganhos e perdas decorrentes da mensuração a valor justo do ativo indenizável (concessão) líquida dos efeitos tributários.

28. RECEITA LÍQUIDA

Segue a composição da receita líquida da controladora e consolidada por natureza e suas deduções:

Controladora				
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Arrendamentos e aluguéis	874	881	2.555	2.208
Total receita bruta	874	881	2.555	2.208
(-) Deduções da receita bruta	(81)	-	(236)	-
Total receita operacional líquida	793	881	2.319	2.208

		Consolidado			
		Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	Ref.	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
Fornecimento de energia elétrica	(a)	1.535.151	1.433.855	4.540.437	3.728.010
Receita de operação e manutenção		1.447.022	1.401.580	4.278.825	3.640.444
Remuneração financeira wacc		88.129	32.275	261.612	87.566
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(b)	78.123	7.375	119.988	62.035
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(c)	1.794.390	1.740.765	5.613.883	5.217.823
Receita de operação e manutenção		1.767.463	1.732.686	5.541.908	5.193.860
Remuneração financeira wacc		26.927	8.079	71.975	23.963
Receita de concessão		7.865	6.582	23.057	18.867
Receita de construção da infraestrutura da concessão		540.329	357.445	1.291.251	960.314
Outras receitas	(d)	52.839	48.288	141.743	120.649
Total receita bruta		4.008.697	3.594.310	11.730.359	10.107.698
(-) Deduções da receita bruta	(e)	(1.091.017)	(1.068.680)	(3.409.684)	(3.092.352)
Total		2.917.680	2.525.630	8.320.675	7.015.346

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Fornecimento de energia - A Composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores é a seguinte:

	Consolidado				Períodos de três meses findos em	
	Nº de consumidores faturados (*)		MWh (*)		R\$ mil	
	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
					(Reclassificado)	
Consumidores:						
Residencial	8.324.872	8.136.485	2.647.047	2.608.943	1.201.525	1.086.019
Industrial	37.416	39.069	1.218.853	1.583.485	436.504	511.497
Comercial	590.257	585.969	1.388.931	1.373.892	701.607	655.275
Rural	432.715	435.970	627.476	564.141	140.914	123.628
Poder público	80.773	79.887	350.376	333.698	165.002	153.142
Iluminação pública	27.173	26.432	338.933	329.134	79.990	73.990
Serviço público	14.086	12.971	420.948	399.544	125.300	108.888
Consumo próprio	742	674	8.928	7.575	-	-
Suprimento	141	23.316	2.128.547	2.194.399	239.855	309.004
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	(12.291)	(23.883)
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - consumidor cativo	-	-	-	-	(1.689.642)	(1.666.032)
	9.508.175	9.340.773	9.130.039	9.394.811	1.388.764	1.331.528
Subvenção à tarifa social baixa renda	-	-	-	-	146.387	102.327
Total	9.508.175	9.340.773	9.130.039	9.394.811	1.535.151	1.433.855

(*) Informações não auditadas

	Consolidado				Períodos de nove meses findos em	
	Nº de consumidores faturados (*)		MWh (*)		R\$ mil	
	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
					(Reclassificado)	
Consumidores:						
Residencial	8.324.872	8.136.485	8.337.252	8.058.989	3.777.216	3.217.539
Industrial	37.416	39.069	3.739.829	4.634.564	1.292.045	1.418.761
Comercial	590.257	585.969	4.426.694	4.267.373	2.170.806	1.938.565
Rural	432.715	435.970	1.792.575	1.445.915	397.761	317.470
Poder público	80.773	79.887	1.101.564	1.035.493	498.938	442.422
Iluminação pública	27.173	26.432	1.007.732	986.466	234.974	214.387
Serviço público	14.086	12.971	1.269.398	1.192.155	360.290	310.497
Consumo próprio	742	674	25.345	23.875	-	-
Suprimento	141	23.316	6.264.448	5.864.707	692.850	564.113
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	(2.999)	(2.884)
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - consumidor cativo	-	-	-	-	(5.314.285)	(5.005.640)
	9.508.175	9.340.773	27.964.837	27.509.537	4.107.596	3.415.230
Subvenção à tarifa social baixa renda	-	-	-	-	432.841	312.780
Total	9.508.175	9.340.773	27.964.837	27.509.537	4.540.437	3.728.010

(*) Informações não auditadas

- (b) Câmara de Comercialização de Energia – CCEE - Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

- (c) Disponibilização do Sistema de Distribuição - A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Ref.	Consolidado			
		Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
		30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		-	-	-	-
Tarifa de uso do sistema elétrico de distribuição		-	-	-	-
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - consumidor livre		104.748	74.734	299.599	212.183
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - consumidor cativo	(1)	1.689.642	1.666.031	5.314.284	5.005.640
Total		1.794.390	1.740.765	5.613.883	5.217.823

(1) Em atendimento ao Despacho ANEEL nº 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma “turd média” calculada a partir da turd homologada para consumidores cativos.

(d) Outras receitas

		Consolidado			
		Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
		30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
			(Reclassificado)		(Reclassificado)
Renda da prestação de serviços	7.906		9.888	16.894	21.466
Arrendamentos e aluguéis	16.254		12.876	45.664	35.768
Serviço taxado	6.066		2.766	15.326	7.935
Taxa de iluminação pública	4.092		3.521	12.280	11.034
Administração de faturas de fraudes	(2.768)		2.004	(6.783)	1.722
Comissão serviço terceiros	992		1.062	3.043	3.612
Multa infração consumidor	376		3.595	5.990	8.937
Outras receitas	19.921		12.576	49.329	30.175
Total	52.839		48.288	141.743	120.649

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (e) Deduções da receita bruta - As deduções da receita bruta têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Controladora			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
IMPOSTOS:				
PIS	(17)	-	(41)	-
COFINS	(64)	-	(195)	-
Total	(81)	-	(236)	-

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
Deduções da receita bruta				
Impostos:				
ICMS	(633.685)	(594.804)	(1.947.761)	(1.726.418)
PIS	(57.036)	(53.682)	(184.799)	(154.650)
COFINS	(261.847)	(247.980)	(800.504)	(713.343)
ISS	(2.573)	(2.401)	(7.269)	(6.046)
Encargos Setoriais:				
Quota para reserva global de reversão - RGR	(33.099)	(24.650)	(94.376)	(72.631)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(18.886)	(17.013)	(56.619)	(51.015)
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	(53.555)	(100.144)	(222.865)	(288.071)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(9.682)	(8.780)	(33.688)	(25.609)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(3.871)	(3.507)	(11.758)	(10.228)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(1.935)	(1.754)	(5.879)	(5.114)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(7.047)	(7.229)	(20.934)	(19.469)
Encargos do consumidor - PROINFRA	(1.237)	(978)	(3.318)	(2.926)
Encargos do consumidor - Tesouro Nacional	(5.806)	(5.260)	(17.637)	(15.341)
Outros	(758)	(498)	(2.277)	(1.491)
Total	(1.091.017)	(1.068.680)	(3.409.684)	(3.092.352)

29. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Despesas	Controladora			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30/09/2012	30/09/11	30/09/2012	30/09/11
Pessoal	(654)	230	(1.428)	(662)
Administradores	(3.277)	(1.324)	(4.823)	(3.727)
Entidade de previdência privada	(65)	(58)	(175)	(169)
Material	(1)	(27)	(25)	(42)
Serviços de terceiros	(916)	(4.318)	(2.929)	(5.973)
Depreciação e amortização	(792)	(712)	(2.403)	(2.404)
Arrendamentos e aluguéis	(16)	(5)	(102)	(43)
Tributos	(16)	(3)	(59)	(104)
Provisões líquidas - contingências	88	-	88	-
Alienação / desativação de bens e direitos	-	-	-	42
Outros	(114)	3.173	(2.015)	(911)
Total das despesas	(5.763)	(3.044)	(13.871)	(13.993)

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Custos / Despesas	Consolidado				
	Períodos de três meses findos em				
	30/09/12		30/09/11		
	Custos de bens e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(48.218)	(29.574)	(48.208)	(126.000)	(104.359)
Administradores	-	-	(5.021)	(5.021)	(3.260)
Entidade de previdência privada	(2.554)	(1.354)	(3.552)	(7.460)	(5.647)
Material	(7.066)	(454)	(729)	(8.249)	(8.604)
Combustível para produção de energia	(47.889)	-	-	(47.889)	(51.968)
Serviços de terceiros	(90.352)	(74.000)	(42.155)	(206.507)	(155.012)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE	(4.451)	(1.030)	-	(5.481)	(5.064)
Outorga da concessão pela utilização do bem público	(78)	-	-	(78)	(243)
Outorga da concessão pela utilização de recursos hídricos	-	-	-	-	(957)
Compensação Financeira Recursos Hídricos - CFRH	(1.551)	-	-	(1.551)	(568)
Energia elétrica comprada para revenda	(990.675)	-	-	(990.675)	(811.498)
Encargos de uso do sistema transmissão	(162.366)	-	-	(162.366)	(144.530)
Depreciação e amortização	(116.279)	(17.569)	(8.121)	(141.969)	(138.002)
Arrendamentos e aluguéis	(1.446)	(301)	(1.944)	(3.691)	(2.587)
Tributos	(772)	(128)	(752)	(1.652)	(820)
Provisões líquidas - PCLD	(60.391)	(15.581)	109	(75.863)	(48.747)
Perdas conta a receber/consumidores	(12.992)	(37.287)	-	(50.279)	(20.648)
Provisões líquidas - contingências	-	-	(4.236)	(4.236)	(3.271)
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(540.329)	-	-	(540.329)	(357.445)
Alienação / desativação de bens e direitos	-	-	(3.739)	(3.739)	2.006
Outros	(4.561)	(2.629)	(17.161)	(24.351)	(14.198)
Total custos / despesas	(2.091.970)	(179.907)	(135.509)	(2.407.386)	(1.875.422)

Custos / Despesas	Consolidado				
	Períodos de nove meses findos em				
	30/09/12		30/09/11		
	Custos de bens e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(132.477)	(81.584)	(141.766)	(355.827)	(327.275)
Administradores	(471)	-	(10.756)	(11.227)	(10.407)
Entidade de previdência privada	(7.548)	(3.150)	(6.931)	(17.629)	(16.480)
Material	(18.106)	(1.403)	(1.948)	(21.457)	(22.592)
Combustível para produção de energia	(155.833)	-	-	(155.833)	(129.553)
Serviços de terceiros	(228.867)	(209.651)	(120.934)	(559.452)	(414.955)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE	(13.011)	(3.034)	-	(16.045)	(15.047)
Outorga da concessão pela utilização do bem público	(28)	-	-	(28)	(567)
Outorga da concessão pela utilização de recursos hídricos	(830)	-	-	(830)	(957)
Compensação Financeira Recursos Hídricos - CFRH	(10.398)	-	-	(10.398)	(5.243)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.897.926)	-	-	(2.897.926)	(2.300.830)
Encargos de uso do sistema transmissão	(457.839)	-	-	(457.839)	(393.488)
Depreciação e amortização	(342.357)	(55.566)	(24.213)	(422.136)	(405.465)
Arrendamentos e aluguéis	(4.058)	(760)	(5.642)	(10.460)	(8.233)
Tributos	(1.786)	(2.225)	(2.600)	(6.611)	(5.759)
Provisões líquidas - PCLD	(212.513)	(83.027)	-	(295.540)	(60.885)
Perdas conta a receber/consumidores	(40.271)	(86.292)	-	(126.563)	(59.015)
Provisões líquidas - contingências	(149)	-	(13.260)	(13.409)	(13.268)
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(1.291.251)	-	-	(1.291.251)	(960.314)
Alienação / desativação de bens e direitos	-	-	(9.716)	(9.716)	274
Outros	(12.777)	(7.620)	(41.881)	(62.278)	(56.398)
Total custos / despesas	(5.828.496)	(534.312)	(379.647)	(6.742.455)	(5.206.457)

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

As receitas e despesas financeiras têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Receita Financeira	Controladora			
	Períodos de três meses findos		Períodos de nove meses findos	
	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
Renda de aplicações financeiras	53.795	85.422	191.358	240.415
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	8.184	10.577	8.184	10.577
Outras receitas financeiras	(5.974)	(7.311)	-	-
Total	56.005	88.688	199.542	250.992

Despesa Financeira	Controladora			
	Períodos de três meses findos		Períodos de nove meses findos	
	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
Outras despesas financeiras	(1.760)	(7.980)	(5.305)	(24.301)
Total	(1.760)	(7.980)	(5.305)	(24.301)

Receita Financeira	Consolidado			
	Períodos de três meses findos		Períodos de nove meses findos	
	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
Renda de aplicações financeiras	88.499	122.176	276.765	343.529
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	50.938	45.592	138.553	116.191
Variação monetária	15.346	47.397	58.519	107.994
Variação cambial	3.368	771	31.936	27.947
Operações swap	8.959	39.064	66.350	54.267
Outras receitas financeiras	(13.390)	(1.031)	19.665	15.646
Total	153.720	253.969	591.788	665.574

Despesa financeira	Consolidado			
	Períodos de três meses findos		Períodos de nove meses findos	
	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
Encargos de dívida	(135.150)	(164.426)	(402.227)	(383.153)
Variação monetária	(29.198)	(37.545)	(75.003)	(119.352)
Variação cambial	(4.961)	(51.135)	(64.169)	(54.563)
Operações swap	(11.310)	(12.284)	(60.170)	(71.642)
Multas regulatórias	(8.151)	(13.434)	(37.886)	(41.261)
Outras despesas financeiras	2.790	(2.044)	(45.543)	(59.983)
Total	(185.980)	(280.868)	(684.998)	(729.954)

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Empresas	Ref	Natureza de Operação	30/09/12			31/12/11			30/09/11		
			Controladora								
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
COELBA		Dividendos	250.609	-	-	-	-	-	-	-	-
		Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	25.001	-	-	-	-
	(a)	Adiantamento - AFAC	2.402	-	-	2.402	-	-	-	-	-
		Aluguel/Comodato	83	-	-	78	11	-	-	-	-
			253.094	45	-	27.481	11	-	-	-	-
CELPE		Dividendos	52.019	-	-	-	-	-	-	-	-
		Juros sobre capital próprio	20.083	-	-	20.083	-	-	-	-	-
		Debêntures - Aplicação / Emissão	1.860	-	-	-	1.081	-	-	-	-
		Aluguel/Comodato	50	-	-	47	-	-	-	-	-
			74.012	-	-	21.211	-	-	-	-	-
COSERN		Dividendos	25.744	-	-	-	-	-	-	-	-
		Juros sobre capital próprio	-	-	-	4.411	-	-	-	-	-
		Debêntures - Aplicação / Emissão	363	-	-	201	-	-	-	-	-
		Aluguel/Comodato	17	-	-	17	-	-	-	-	-
			26.124	-	-	4.629	-	-	-	-	-
TERMOFERNAMBUCO		Dividendos	29.880	-	-	-	-	-	-	-	-
		Juros sobre capital próprio	-	-	-	6.073	-	-	-	-	-
		Outros	-	-	-	2	-	-	-	-	-
			29.880	-	-	6.075	-	-	-	-	-
TERMOAÇU		Aluguel/Comodato	257	-	-	-	-	-	-	-	-
			257	-	-	-	-	-	-	-	-
ITAPEBI		Juros sobre capital próprio	-	-	-	2.117	-	-	-	-	-
		Debêntures - Aplicação / Emissão	2.921	-	-	1.356	-	-	-	-	-
		Aluguel/Comodato	66	-	-	62	-	-	-	-	-
			2.987	-	-	3.535	-	-	-	-	-
GERAÇÃO CIII		Dividendos	21.407	-	-	5.352	-	-	-	-	-
			21.407	-	-	5.352	-	-	-	-	-
NC ENERGIA		Dividendos	29.252	-	-	29.238	-	-	-	-	-
		Aluguel/Comodato	33	-	-	31	-	-	-	-	-
		Outros	1	10	-	343	22	-	-	-	-
			29.286	10	-	29.612	22	-	-	-	-
NEOENERGIA SERVIÇOS		Dividendos	13	-	-	2	-	-	-	-	-
	(a)	Adiantamento - AFAC	4.700	-	-	2.802	-	-	-	-	-
			4.715	-	-	2.804	-	-	-	-	-
GARTER		Adiantamento - AFAC	-	-	-	2	-	-	-	-	-
	(a)		-	-	-	2	-	-	-	-	-
BAGUARI I		Dividendos	9.695	-	-	-	-	-	-	-	-
		Juros sobre capital próprio	2.210	-	-	2.210	-	-	-	-	-
			11.905	-	-	2.210	-	-	-	-	-
BAHIA PCH I		Dividendos	15.218	-	-	10.364	-	-	-	-	-
	(b)	Contrato de mútuo	-	-	-	20.970	-	-	-	-	-
			15.218	-	-	31.334	-	-	-	-	-
BAHIA PCH II		Outros	2.168	-	-	2.153	-	-	-	-	-
			2.168	-	-	2.153	-	-	-	-	-
BAHIA PCH III		Outros	1.207	-	-	1.207	-	-	-	-	-
			1.207	-	-	1.207	-	-	-	-	-
RIO PCH I		Dividendos	7.524	-	-	2.186	-	-	-	-	-
			7.528	-	-	2.186	-	-	-	-	-
NEOENERGIA INVESTIMENTOS		Juros sobre capital próprio	-	-	-	2	-	-	-	-	-
			-	-	-	2	-	-	-	-	-
GOIAS SUL		Adiantamento - AFAC	750	-	-	750	-	-	-	-	-
	(a)		750	-	-	750	-	-	-	-	-
GERAÇÃO CÉU AZUL		Adiantamento - AFAC	1.380	-	-	711	-	-	-	-	-
	(a)	Outros	7	-	-	2	-	-	-	-	-
			1.387	-	-	713	-	-	-	-	-
SE NARANDIBA		Dividendos	63	-	-	16	-	-	-	-	-
	(b)	Contrato de mútuo	6.165	-	-	5.693	-	-	-	-	-
	(a)	Adiantamento - AFAC	3.200	-	-	-	-	-	-	-	-
			9.428	-	-	5.709	-	-	-	-	-

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora						
Empresas	Ref	Natureza de Operação	30/09/12			31/12/11		30/09/11
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
PCH ALTO DO RIO GRANDE		Outros	-	-	-	2	-	-
			-	-	-	2	-	-
AFLUENTE GERAÇÃO		Dividendos	-	-	-	1.572	-	-
			-	-	-	1.572	-	-
AFLUENTE TRANSMISSÃO		Dividendos	-	-	-	4.415	-	-
		Outros	-	-	-	2	-	-
			-	-	-	4.417	-	-
BELOMONTE PARTICIPAÇÕES		Juros sobre capital próprio	-	-	-	4.765	-	-
			-	-	-	4.765	-	-
ÁGUAS DA PEDRA		Dividendos	-	-	-	9.657	-	-
			-	-	-	9.657	-	-
CIA. TELES PIRES		Outros	-	-	-	-	1.000	-
			-	-	-	-	1.000	-
ENERGY WORKS		Dividendos	18.335	-	-	4.584	-	-
			18.335	-	-	4.584	-	-
FORÇA EÓLICA DO BRASIL		Outros	81	-	-	-	-	-
			81	-	-	-	-	-
CALANGO 1	(b)	Contrato de mútuo	-	-	-	660	-	-
			-	-	-	660	-	-
CALANGO 2	(b)	Contrato de mútuo	-	-	-	660	-	-
			-	-	-	660	-	-
CALANGO 3	(b)	Contrato de mútuo	-	-	-	508	-	-
			-	-	-	508	-	-
CALANGO 4	(b)	Contrato de mútuo	-	-	-	508	-	-
			-	-	-	508	-	-
CALANGO 5	(b)	Contrato de mútuo	-	-	-	508	-	-
			-	-	-	508	-	-
MEL 2	(b)	Contrato de mútuo	-	-	-	7.823	-	-
			-	-	-	7.823	-	-
ARIZONA 1	(b)	Contrato de mútuo	-	-	-	914	-	-
			-	-	-	914	-	-
CAETITÊ 1	(b)	Contrato de mútuo	-	-	-	1.421	-	-
			-	-	-	1.421	-	-
CAETITÊ 2	(b)	Contrato de mútuo	-	-	-	3.256	-	-
			-	-	-	3.256	-	-
CAETITÊ 3	(b)	Contrato de mútuo	-	-	-	1.421	-	-
			-	-	-	1.421	-	-
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil		Juros sobre capital próprio	-	10.181	-	-	32.253	-
			-	10.181	-	-	32.253	-
Iberdrola Energia S.A		Juros sobre capital próprio	-	15.177	-	-	48.068	-
			-	15.177	-	-	48.068	-
Fundo Mútuo Invest. em Ações Cart. Livre - BB Ações Price		Juros sobre capital próprio	-	4.667	-	-	14.774	-
			-	4.667	-	-	14.774	-
Fundo Mútuo Invest. em Ações Cart. Livre - BB Carteira Livre I		Juros sobre capital próprio	-	12.255	-	-	38.815	-
			-	12.255	-	-	38.815	-
521 Participações S.A.		Outros	15	-	-	15	-	-
			15	-	-	15	-	-
Resumos dos saldos das operações								
			30/09/12		31/12/11			
			Ativo	Passivo	Ativo	Passivo		
Dividendos			459.759	-	67.386	-		
Juros sobre capital próprio			22.293	42.280	64.662	133.910		
Contrato de Mútuo			6.165	-	44.342	-		
Debêntures - Aplicação / Emissão			5.144	-	2.638	-		
Adiantamento - AFAC			12.432	-	6.667	-		
Aluguel/Comodato			306	-	235	11		
Outros			3.485	55	3.726	1.022		
			509.784	42.335	189.656	134.943		

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado

Empresas	Ref	Natureza de Operação	30/09/12			31/12/11		
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
BB - Banco do Brasil Investimentos S.A.		Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	827	-
	(e)	Aplicações financeiras	93.556	-	-	252.232	-	-
	(d)	Empréstimos e financiamentos	-	290.209	(22.864)	-	254.217	-
			93.556	290.209	(22.864)	252.232	255.044	-
Fundação Coelba de Previdência Complement - FAELBA		Contribuição patronal	-	-	6.837	-	-	(715)
			-	-	6.837	-	-	(715)
Celpos	(c)	Contrato de mútuo	-	-	-	-	147.277	(8.276)
		Contribuição patronal	-	-	-	-	147.456	(793)
			-	-	-	-	294.733	(9.069)
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil		Dividendos	-	1.446	-	-	156	-
		Juros sobre capital próprio	-	10.181	-	-	33.778	(168)
			-	11.627	-	-	33.934	(168)
Ibendrola Energia S.A		Prestação de serviço	-	380	(34.023)	-	-	(29.748)
		Dividendos	-	5.361	-	-	579	-
		Juros sobre capital próprio	-	15.177	-	-	51.335	(649)
		Reembolso de despesa	-	-	-	34	4.339	-
			-	20.918	(34.023)	34	56.253	(30.397)
Fundo Mútuo Invest. em Ações Cart. Livre - BB Ações Price		Juros sobre capital próprio	-	4.667	-	-	14.774	-
			-	4.667	-	-	14.774	-
Fundo Mútuo Invest. em Ações Cart. Livre - BB Carteira Livre I		Juros sobre capital próprio	-	12.255	-	-	38.815	-
			-	12.255	-	-	38.815	-
521 Participações S.A.		Outros	15	-	-	15	-	-
			15	-	-	15	-	-
Performace Participações		Dividendos	-	-	-	-	1.305	-
			-	-	-	-	1.305	-
Outros Minoritários		Dividendos	-	6.979	-	-	12.532	-
		Juros sobre capital próprio	-	574	-	-	3.143	-
			-	7.553	-	-	15.675	-

- (a) Referem-se aos adiantamentos para futuro aumento de capital efetuados pela Neoenergia.
- (b) Refere-se à contratos de mútuo da Neoenergia com suas controladas com a finalidade de disponibilizar recursos até a concretização de aportes de capital.
- (c) Refere-se ao contrato de benefício da controlada Celpe com a Celpos, com vigência até dezembro de 2023, corrigido pelo INPC + 6% a.a.
- (d) Contratos de Empréstimos e Aplicações Financeiras

Banco do Brasil – Nota de Crédito Comercial nº. 20/00863-5, com vencimento em 18 de abril de 2014, corrigido mensalmente com base no IRP.

Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial nº. 342.901.057, com vencimento em 24 de abril de 2015, corrigido mensalmente com base no CDI.

Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial nº. 20/00852-X, com vencimento em 14 de abril de 2014, corrigido anualmente com taxa efetiva de 12,149%.

Banco do Brasil – Contrato BB AGRO 1 com vigência até abril de 2014, corrigido pela taxa de juros de 12,149% a.a (com swap de 99,5% do CDI). Contrato BB AGRO 2 com vigência até janeiro de 2014, corrigido pela taxa de juros de 98,5% do CDI.

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (e) Regulamento BB POLO 28 Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado .

A Administração da Companhia entende que todas as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

A remuneração total dos administradores para os nove meses findos em 30 de setembro de 2012 é R\$ 4.830 (R\$ 3.537 em 30 de setembro de 2011) na controladora e no consolidado no montante de R\$ 9.452 (R\$ 7.918 em 30 de setembro de 2011), o qual é considerado benefício de curto prazo. A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

32. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 e à Instrução CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, o Grupo efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações gerais:

Em 30 de setembro de 2012, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- ▶ Caixa e equivalentes de caixa – são classificados como mantido para negociação. O valor justo está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.
- ▶ Títulos e valores mobiliários - são classificados como mantidos até o vencimento, e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores justos.
- ▶ Contas a receber de clientes e demais contas a receber - decorrem diretamente das operações das controladas, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- ▶ Fornecedores - decorrem diretamente das operações das controladas e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
- ▶ Empréstimos, financiamentos e debêntures:
 - ✓ O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão das controladas e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.
 - ✓ Empréstimos em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) são considerados como item objeto de hedge econômico e estão contabilizado pelo custo amortizado.
 - ✓ Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

taxa efetiva de juros da operação. Os valores justos destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para refinanciamento de dívida e financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas pré-fixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

- ✓ Debêntures em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores justos calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA, sendo utilizado como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.
- ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e debêntures em moeda nacional indexada a variação cambial – coerente com a política financeira do Grupo Neoenergia e da Companhia, são considerados como itens objeto de hedge econômico e estão contabilizados pelo custo amortizado.
- Instrumentos Financeiros Derivativos
 - ✓ Operações com derivativos para proteção contra variações cambiais – têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira e moeda nacional indexada a variação cambial, sem nenhum caráter especulativo.
 - ✓ Operação com derivativo para troca de taxa de juros – consiste na troca do resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa pré-fixada, equivalente aos juros de um empréstimo, pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de percentual da taxa DI, sem nenhum caráter especulativo.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, recalculados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado,

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

exceto quando o derivativo for designado como um instrumento de hedge accounting. Embora o Grupo faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de hedge (hedge accounting).

O Grupo não possui outros instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativo ou passivo no balanço patrimonial, tais como contratos futuros ou opções (compromissos de compra ou venda de moeda estrangeira, índices ou ações), contratos a termo ou qualquer outro derivativo, inclusive aqueles denominados "exóticos".

Os valores consolidados contábeis e justos dos instrumentos financeiros do Grupo em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 são como segue:

	Ativos (Passivos)			
	30/09/12		31/12/11	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	3.589.964	3.589.964	4.074.308	4.074.308
Títulos e valores mobiliários	779.477	779.477	477.344	477.344
Contas a receber de clientes e demais contas a receber (a)	2.618.836	2.618.836	3.000.172	3.000.172
Fundos vinculados	50.473	50.473	75.075	75.075
Passivo				
Fornecedores	(997.483)	(997.483)	(870.046)	(870.046)
Empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC)	(364.371)	(364.371)	(372.471)	(372.471)
Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional	(4.656.848)	(4.656.848)	(4.469.146)	(4.469.146)
Debêntures em moeda nacional	(1.971.624)	(1.971.050)	(1.574.819)	(1.596.562)
Empréstimos, financ. e debêntures em moeda estrangeira	(464.840)	(464.840)	(313.288)	(313.288)
Instrumentos financeiros derivativos	31.390	31.390	(30.294)	(30.294)

(a) Líquidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD.

A Companhia e suas controladas possuem instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial utilizando swap dólar para CDI, swap Euro para CDI e IGP-M e troca de taxa de juros utilizando swap de taxa pré-fixada para CDI, conforme descrito a seguir:

- Foram contratadas operações de "hedge" para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Foi contratada operação de “hedge” para o empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC), de forma que o resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa pré-fixada seja trocado pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de 99,5% da taxa DI.

A política da do Grupo Neoenergia não permite a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

As operações de “hedge” são contratadas para a totalidade do endividamento em moeda estrangeira, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.

Consoante facultado pela Deliberação CVM 604, que aprovou os pronunciamentos técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia e suas controladas contabilizaram os instrumentos derivativos de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting). Por essa metodologia, os impactos na variação do valor justo dos derivativos utilizados como instrumento de hedge são reconhecidos no resultado de acordo com o reconhecimento do item que é objeto de hedge. Os hedges da Companhia e suas controladas foram avaliados como efetivos.

Os derivativos (instrumentos de hedge), e as dívidas em moeda estrangeira e o empréstimo Banco do Brasil (NCC), respectivos itens objeto de hedge, foram ajustados ao valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado a hedge e do item objeto de hedge foram registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

Fatores de risco:

- Riscos financeiros
- ✓ Risco de variação cambial

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e das debêntures em moeda nacional indexadas a variação cambial captadas no mercado. A Companhia e suas controladas, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2011, operações de “hedge” cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Coelba – No trimestre findos em 30 de setembro de 2012 a Companhia apurou um resultado negativo nas operações de “hedge” cambial no montante de R\$ 923 (R\$ 39.871, resultado positivo em 30 de setembro de 2011).

Celpe - No trimestre findos em 30 de setembro de 2012 a Companhia apurou um resultado positivo nas operações de “hedge” cambial no montante de R\$ 10.782 (R\$ 14.456, resultado negativo em 30 de setembro de 2011).

Termopernambuco - Foi contratada operação de “hedge” para o empréstimo em moeda estrangeira Junto ao Banco Tokio, de forma que o resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa pré-fixada seja trocado pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de 110,% da taxa DI.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no lucro da Companhia (devido às variações no valor justo de ativos e passivos monetários) e no patrimônio líquido da Companhia.

		Efeitos	
	<u>Variação na taxa do US\$</u>	<u>No resultado</u>	<u>No patrimônio líquido</u>
2012	-17,27%	21.709	21.709
2011	-2,39%	209	209

✓ Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia, com o objetivo de acompanhar a taxa de juros do mercado refletida no CDI e reduzir sua exposição a taxas pré-fixadas, contratou derivativo utilizando swap de taxa pré-fixada para CDI. Ainda assim, a Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras constantes no lucro da Companhia.

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Efeitos	
	Aumento/redução em pontos base	No resultado	No patrimônio líquido
<u>30/09/2012</u>			
Ativos financeiros			
CDI	(94)	(11.982)	(11.982)
SELIC	(134)	(489)	(489)
Passivos financeiros			
CDI	(94)	16.894	16.894
TJLP	(12)	709	709
IGPM	334	(1.914)	(1.914)
<u>30/09/2011</u>			
Ativos financeiros			
CDI	24	8.773	8.773
SELIC	29	85	85
Passivos financeiros			
CDI	24	(5.124)	(5.124)
IGPM	48	(870)	(870)

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas.

As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia e de suas controladas revisam regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

✓ Risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade do Grupo e suas controladas não honrarem com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Política Financeira adotada pelo Grupo busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos exclusivos para as empresas do Grupo, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária. Em 30 de setembro 2012 o Grupo mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 4.258.124, sendo R\$ 2.460.939 em fundos exclusivos e R\$ 1.797.185 em outros ativos, além de R\$ 111.317 de aplicações no longo prazo.

► Riscos operacionais

✓ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade das controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, as controladas monitoram as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

✓ Risco de vencimento antecipado

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis ("covenants" financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida.

✓ Risco quanto à escassez de energia

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita.

No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

► Gestão do capital social

A Companhia e suas controladas promovem a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

A política financeira do Grupo tem como objetivo estar no primeiro quartil de empresas privadas no setor elétrico brasileiro com maior rating, através da manutenção dos seguintes indicadores:

Indicador	Definição	Limites
Dívida Líquida/ EBITDA	Reflete a capacidade de pagamento da dívida através da geração operacional de caixa da empresa medida pelo EBITDA no período de 1 ano	< 2,0 segmento de distribuição
Dívida de Curto Prazo / Dívida Total	Reflete a proporção da dívida que está concentrada no período no curto prazo (1 ano).	< 20% segmento de distribuição
EBITDA/ Despesa financeira líquida	Reflete a capacidade de pagamento do serviço da dívida da companhia.	> 3,5 segmento de distribuição

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

33. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas são internamente organizados principalmente como entidade jurídica. A Companhia agrupou os segmentos operacionais da seguinte forma: Distribuição, Geração, Transmissão, Comercialização e Administração central e outros.

A Companhia analisa o desempenho dos segmentos e aloca-lhes recursos baseando-se em diversos fatores, sendo as receitas e o lucro operacional os fatores financeiros preponderantes.

	Distribuição		Geração		Transmissão		Comercialização		Administração Central e outros		Eliminações e Ajustes		Consolidado	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
RECEITA LÍQUIDA	7.671.626	6.528.394	1.043.238	956.325	20.061	22.224	447.071	317.733	20.812	15.531	(882.133)	(824.861)	8.320.675	7.015.346
CUSTO DO SERVIÇO	(5.685.642)	(4.523.031)	(596.456)	(493.975)	(5.497)	(7.105)	(409.053)	(313.770)	(13.981)	(10.065)	882.133	824.861	(5.828.496)	(4.523.085)
LUCRO BRUTO	1.985.984	2.005.363	446.782	462.350	14.564	15.119	38.018	3.963	6.831	5.466	-	-	2.492.179	2.492.261
Despesas com vendas	(534.312)	(337.389)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(534.312)	(337.389)
Despesas gerais e administrativas	(328.792)	(283.024)	(34.816)	(48.334)	(778)	(444)	(114)	(2)	(16.447)	(14.543)	1.300	364	(379.647)	(345.983)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(2.727)	3.234	-	-	2.852	1.223	846.748	1.099.503	(848.725)	(1.103.396)	(1.852)	564
(-) Provisão para desvalorização do Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização do Ágio	-	-	(873)	(584)	-	-	-	-	(72.624)	(74.564)	-	-	(73.497)	(75.148)
IMPOSTOS	1.122.880	1.384.950	408.366	416.666	13.786	14.675	40.756	5.184	764.508	1.015.862	(847.425)	(1.103.032)	1.502.871	1.734.305
Receita financeira	343.062	371.286	54.214	37.762	2.351	3.036	6.133	2.098	200.011	251.392	(13.983)	-	591.788	665.574
Despesa financeira	(552.320)	(584.587)	(148.763)	(123.384)	(263)	(809)	(3.652)	(1.736)	(6.090)	(25.056)	26.091	5.619	(684.997)	(729.954)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE LUCRO	913.622	1.171.649	313.817	331.044	15.874	16.902	43.237	5.546	958.429	1.242.198	(835.317)	(1.097.413)	1.409.662	1.669.925
Imposto de renda e contribuição social	(149.911)	(169.311)	(67.745)	(46.616)	(1.656)	(1.852)	(13.007)	581	(305)	(2.929)	-	-	(232.624)	(220.127)
LUCRO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	763.711	1.002.338	246.072	284.428	14.218	15.050	30.230	6.127	958.124	1.239.269	(835.317)	(1.097.413)	1.177.038	1.449.798
Atribuível aos acionistas controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(208.188)	(211.994)	(208.188)	(211.994)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR SEGMENTO	763.711	1.002.338	246.072	284.428	14.218	15.050	30.230	6.127	958.124	1.239.269	(1.043.505)	(1.309.407)	968.850	1.237.804

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

34. REAJUSTE TARIFÁRIO

a) COELBA - A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.282 de 17 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União do dia 20 de abril de 2012, homologou o resultado do Reajuste Tarifário anual da Companhia, em 10,73%, sendo 7,53% relativo ao reajuste econômico e de 3,19% relativo aos componentes financeiros, o que corresponde a um efeito médio de 6,57% a ser percebido pelos consumidores cativos.

As tarifas homologadas pela ANEEL entraram em vigor em 22 de abril de 2012 com vigência até 21 de abril de 2013.

Os consumidores industriais e comerciais de médio e grande porte, atendidos em alta tensão, tiveram reajuste médio de 7,36%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão, que inclui os consumidores residências e baixa renda, o aumento médio foi de 6,15%.

b) CELPE - A ANEEL aprovou na reunião pública de diretoria realizada em 24 de abril de 2012 o reajuste tarifário anual da Companhia de 7,71%, sendo 7,70% relativo ao reajuste econômico e de 0,01% relativo aos componentes financeiros, o que corresponde a um efeito médio de 5,41% a ser percebido pelos consumidores.

As novas tarifas entraram em vigor em 29 de abril de 2012 com vigência até 28 de abril de 2013.

Os consumidores industriais e comerciais de médio e grande porte, atendidos em alta tensão, tiveram reajuste médio de 5,41%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão, que inclui os consumidores residências e baixa renda, o aumento médio também foi de 5,41%.

c) COSERN - A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.279, de 18 de abril de 2012, publicada no diário oficial da união de 20 de abril de 2012, fixou em 10,28% o índice médio de reajuste tarifário para a Companhia, sendo 9,70% relativos ao reajuste tarifário anual e 0,58% aos componentes financeiros.

As tarifas homologadas pela ANEEL entraram em vigor em 22 de abril de 2012 com vigência até 21 de abril de 2013.

O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores cativos é de 6,43% sendo 6,05% para os atendidos em baixa tensão (residências e outros) e 7,35% para os de alta tensão (indústrias e comércio de médio e grande porte).

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

35. SEGUROS

A Companhia e suas controladas têm a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da administração.

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores emitirem opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual conforme mencionado anteriormente foi determinada unicamente pela administração da companhia e de suas controladas.

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 12 de setembro, foi publicada a Medida Provisória nº 579, de 2012, regulamentada pelo Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012, dispondo sobre a prorrogação de concessões de geração, transmissão e distribuição e pela redução dos encargos setoriais com vistas a redução das tarifas aos consumidores finais de energia elétrica.

Com a referida medida passou a ser possível a prorrogação das concessões alcançadas pelos artigos 17 e 19 da Lei nº 9074, de 1995, que estariam vencendo nos próximos anos, mediante a aceitação do atual concessionário de novas condicionantes com vistas a redução do preço de venda de energia e da receita anual permitida. As concessões das empresas do Grupo são posteriores a Lei nº 9074, de 1995, não sendo afetada por essa mudança.

Pela Medida também será encerrado, a partir de 2013, o recolhimento pelas distribuidoras dos encargos referente a Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC e a Reserva Global de Reversão - RGR, sendo passível de redução o atual recolhimento para a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, em face de aporte anual de recursos do Tesouro Nacional

Os efeitos decorrentes dessas alterações serão considerados no cálculo das tarifas aos consumidores finais de todas as concessionárias de distribuição, por meio de revisão tarifária extraordinária até 05 de fevereiro de 2013.